



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO

MARIA RADIA DA SILVA

**PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO
MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO/PB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

JOÃO PESSOA/PB

2024

MARIA RADIA DA SILVA

**PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO
MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO/PB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba –
UFPB, como requisito para obtenção do
grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Lisiê Marlene da
Silveira Melo Martins

**JOÃO PESSOA/PB
OUTUBRO 2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Maria Radija da.
Profissionais de apoio escolar e a educação especial
no município de Pedras de Fogo/PB: desafios e
perspectivas / Maria Radija da Silva. - João Pessoa,
2025.
75 f.

Orientação: Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Profissionais de apoio escolar. 2. Educação
especial. 3. Inclusão escolar. I. Martins, Lisiê
Marlene da Silveira Melo. II. Título.

UFPB/CE

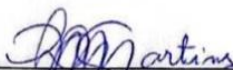
CDU 37(043.2)

MARIA RADILJA DA SILVA

**PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO
MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO/PB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Lisie Marlene da Silveira Melo Martins.

Orientadora: UFPB/CE/DHP

Profa. Dra. Adenize Queiroz de Farias.

Avaliadora: UFPB/CE/DHPE

Profa. Dra. Munique Massaro.

Avaliadora: UFPB/CE/ DHPE

João Pessoa, 29 de abril de 2025.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida; aos meus pais Josenildo e Rosiane; ao meu esposo João Marcos; aos meus irmãos Ramon e Rayane, por terem sempre me ajudado a superar os obstáculos em minha trajetória, vocês foram primordiais para que eu chegasse até essa etapa em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao senhor Deus todo poderoso pelo dom da vida, pela sabedoria e pelo espírito de fé e perseverança diante das dificuldades. Se cheguei até aqui, se cheguei aonde cheguei, foi por Ele, que estava segurando a minha mão, me fazendo levantar a cada queda, me apoiando em cada passo dado - Deus Pai, obrigada por me amar assim como sou e nunca me desamparar.

Aos meus pais, Josenildo Jorge da Silva e Rosiane da Silva, que estiveram aptos a me ajudar as minhas inspirações para a conquista tão almejada. Gratidão ao meu pai inspiração para adentrar no curso de Pedagogia, o professor que em sua maestria plantou a semente do amor pela educação em mim. Exerceu seu papel como professor e gestor durante anos e que infelizmente veio a óbito no meu primeiro semestre da faculdade no ano de 2021. A minha mãe guerreira que me incentivou a não desistir do curso, apesar da fatalidade que ocorreu com o meu pai, não deixou desistir do curso. Ela me ensinou a não baixar a cabeça me incentivando todas as manhãs e noite, sempre me dizendo que sou capaz, especial e que tenho o dom do meu pai para ensinar. Mãe e pai, vocês são maravilhosos, obrigada por toda dedicação e amor.

Ao meu esposo pelo o amor, carinho e dedicação de todas as manhãs, me levando sempre a faculdade durante todos esses anos, você é muito importante para mim e lhe admiro pelo seu caráter, esforço e incentivo para não desistir. Apesar do ocorrido no 5º período da faculdade onde assaltaram nossa moto e meu material de estudos, além disso, os dois acidentes de moto a caminho da parada de ônibus. Com todas as lutas nós vencemos.

Aos meus irmãos Rayane e Ramon pelo incentivo, amor e carinho. Os quais sempre me alertaram que ao precisar eles sempre estariam para me apoiar. Vocês são sinônimo de força e inspiração que mesmo com as dificuldades de trabalhar e estudar nunca desistiram de mim.

A todos meus familiares tios, tias, avós, avôs, primo e prima pelo carinho, amor e persistência para que não desistisse no decorrer da caminhada.

Ao meu aluno Victor Manoel e sua mamãe Júlia pelo carinho, compreensão e por inspiração em acreditar em dias melhores para inclusão das pessoas com deficiências.

As amigas que o Senhor Deus me permitiu, aqueles que estando distantes, mas que sempre estiveram nas arquibancadas da vida como uma torcida organizada querendo sempre o meu bem, e aos que estão perto por compartilharem as melhores conversas e gargalhadas.

Aos meus colegas de trabalho e da Secretária de educação pelo apoio, vivências, aprendizados e alegrias compartilhadas.

A minha professora orientadora Lisiê Martins pela dedicação, carinho e paciência durante o processo de construção do TCC. Obrigada pela valiosa contribuição durante a qualificação, você é maravilhosa.

Agradeço a cada um pelo amor, vocês são fundamentais e essenciais para minha vida, peço que Deus abençoe a cada um de vocês.

Ademais, acredito que mesmo sendo uma menina feita de espinhos que segundo autora Fabiane Ribeiro encontra a beleza em tudo, “há beleza na vida, em suas despedidas e desencontros. Para quem sabe que vai sentir dor em vários momentos da vida, mas não desiste. Quem gosta de giz de cera, bichos de pelúcia e rosas vermelhas. Para os que sabem chorar. De verdade. Não apenas derramar lágrimas. E veem beleza em tudo. Absolutamente tudo.” (2020, p.8)

Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças. (Mantoan)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a atuação dos profissionais de apoio escolar na educação especial no município de Pedras de Fogo/PB, analisando os desafios e perspectivas desse segmento. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a atuação dos profissionais de apoio para estudantes com deficiência, compreendendo sua importância no processo de inclusão escolar. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar as diferentes concepções dos profissionais de apoio sobre a inclusão de estudantes com deficiência; mapear o perfil formativo desses profissionais e as funções desempenhadas; descrever o contexto da educação especial no município. A pesquisa de campo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Foram utilizados dados coletados por meio de questionários aplicados junto a profissionais de apoio escolar do município de Pedras de Fogo/PB, além de pesquisa documental em repositórios acadêmicos e normativas legais. O procedimento de análise dos dados revelou desafios como a falta de formação específica, dificuldades de interação com os alunos com deficiência e seus familiares, além da desvalorização profissional. Os resultados evidenciaram a necessidade de capacitações contínuas e de um maior reconhecimento da função desempenhada por esses trabalhadores dentro do ambiente escolar. Indicaram ainda que a atuação dos profissionais de apoio escolar é indispensável para garantir a inclusão efetiva dos alunos com deficiência, mas ainda há lacunas significativas na sua formação e reconhecimento profissional. Conclui-se que a valorização e a capacitação dos profissionais de apoio escolar são fundamentais para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo.

Palavras-chave: Profissionais de apoio escolar. Educação especial. Inclusão. Atuação.

ABSTRACT

This undergraduate thesis focuses on the role of school support professionals in special education in the municipality of Pedras de Fogo, Paraíba, analyzing the challenges and prospects of this field. The main objective of this research was to analyze the work of support professionals for students with disabilities, understanding their importance in the process of educational inclusion. To this end, the following specific objectives were established: to identify the different conceptions held by support professionals regarding the inclusion of students with disabilities; to map the educational backgrounds and roles performed by these professionals; and to describe the context of special education in the municipality. The field research adopted a qualitative approach with a descriptive and exploratory character. Data were collected through questionnaires administered to school support professionals in Pedras de Fogo/PB, as well as through documentary research in academic repositories and legal frameworks. The data analysis revealed challenges such as a lack of specific training, difficulties in interacting with students with disabilities and their families, and professional undervaluation. The findings highlighted the need for ongoing training and greater recognition of the role performed by these workers within the school environment. They also indicated that the work of school support professionals is essential to ensuring the effective inclusion of students with disabilities, although significant gaps remain in their training and professional recognition. It is concluded that valuing and training school support professionals are fundamental to building a more inclusive and equitable educational system.

Keywords: School support professionals. Special education. Inclusion. Performance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1: Marcos históricos e políticas públicas no Brasil para pessoas com deficiência...	20
Quadro 2: Linguagem baseada em uma sociedade inclusiva de acordo com Sasaki (1999) com modificações das terminologias atuais.....	25
Quadro 3: Os valores que são essenciais para o profissional de apoio escolar.....	42
Quadro 4: Repositório Eletrônico Institucional da UFPB - Trabalho de Conclusão de Curso referentes aos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024.....	46
Quadro 5: Revista de Educação Especial UFSM - Publicações referentes aos anos de 2020, 2021, 2022, 20223 e 2024.....	48
Quadro 6: Questionário semiaberto aplicado com o responsável pela secretaria do município.....	53
Quadro 7: A importância do trabalho do profissional de apoio na escola.....	64
Quadro 8: Descrição de um desafio enfrentado pelos profissionais de apoio escolar.....	66

GRÁFICOS

Gráfico 1: Repositório da Universidade Federal da Paraíba e Revista de Educação Especial (UFSM)- Publicações no período entre 2020-2024.....	50
Gráfico 2: Faixa etária.....	57
Gráfico 3: Nível de escolaridade.....	58
Gráfico 4: Vínculo com a prefeitura.....	59
Gráfico 5: Instituição educacional em que trabalha.....	60
Gráfico 6: Função do profissional de apoio escolar desempenhada na instituição.....	60
Gráfico 7: Os profissionais de apoio escolar participaram de alguma formação específica sobre o tema inclusão de alunos com deficiência.....	61

Gráfico 8:	O treinamento oferecido.....	62
Gráfico 9:	Sente-se preparado para lidar com alunos com deficiência.....	62
Gráfico 10:	Atividades que os profissionais de apoio escolar realizam no dia a dia.....	63

FIGURAS

Figura 1:	Um ensina e um observa.....	33
Figura 2:	Um ensina e um auxilia.....	34
Figura 3:	Estação de ensino.....	34
Figura 4:	Ensino paralelo.....	35
Figura 5:	Ensino Alternativo.....	36
Figura 6:	Equipe de ensino colaborativo.....	37
Figura 7:	Trabalho colaborativo.....	39
Figura 8:	Instituições de ensino do município de Pedras de Fogo-PB.....	52

SUMÁRIO

1. Entre caminhos e desafios: Por que falar sobre o profissional de apoio escolar	13
2. Fundamentos da Inclusão e Ensino Colaborativo	16
2.1 Práticas e perspectivas para inclusão escolar	20
2.2 A força do ensino Colaborativo na Educação	32
2.3 Inclusão em ação: O trabalho do Profissional de Apoio Escolar	40
3. Metodologia: escutando vozes e observando realidades	43
3.1 Estado da Arte	45
5. Conclusão	63
6. Referências	65

1. Entre caminhos e desafios: Por que falar sobre o profissional de apoio escolar

A atuação de profissional de apoio escolar para pessoas com deficiência é uma área crucial no contexto da inclusão social e da promoção da igualdade de oportunidades. No entanto, a eficiência dos cuidadores depende significativamente da qualidade de sua atuação. Uma atuação adequada não apenas fornece aos cuidadores as habilidades técnicas necessárias para oferecer suporte prático, mas também os sensibiliza para as questões relacionadas à deficiência, promovendo uma abordagem centrada na pessoa e na sua autonomia. Além disso, a atuação de cuidadores também pode incluir aspectos como comunicação inclusiva, acessibilidade e compreensão das necessidades específicas das pessoas com deficiência.

Apesar de vivermos em uma sociedade globalizada e tecnológica, ainda as pessoas com deficiência enfrentam inúmeras barreiras para inclusão, uma delas é ter um profissional de apoio escolar com formação adequada que evite a segregação e exclusão dos alunos com deficiência.

Ao observar a lacuna existente nas publicações a fim de identificar a função do cuidador dentro do espaço escolar, a partir disso, notou-se a necessidade de elaborar um projeto de pesquisa que buscasse analisar a atuação do profissional de apoio escolar. Além dessa lacuna que motivaram a escrita da pesquisa, existe a motivação pessoal. A autora atua como profissional de apoio escolar no município de Pedras de Fogo/PB, o que proporciona vivências significativas que despertaram o interesse pela temática. Nesta perspectiva, o tema selecionado foi *“Profissionais de apoio escolar e a educação especial no município de pedras de fogo/PB: desafios e perspectivas”*, tratando dos desafios dos cuidadores em sala de aula e compreensão da necessidade de uma formação adequada para um melhor trabalho dos cuidadores na sala de aula.

O profissional de apoio escolar precisa compreender a sua função para executar o seu trabalho na sala de aula, buscando incluir o aluno com deficiência e prestar a assistência necessária para o avanço deste aluno. Deste modo, a pesquisadora investigou a realidade desse profissional dentro das escolas do município, a fim de observar se o profissional de apoio escolar tem clareza em sua função que é de oferecer auxílio nas atividades de alimentação, higiene, locomoção do estudante e atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessárias para inclusão desse aluno com deficiência.

O presente trabalho tem como estrutura:

Como se dá a atuação dos profissionais de apoio escolar na educação especial no município de Pedras de Fogo/PB?

Objetivo Geral:

Analisar a atuação de profissionais de apoio para estudantes com deficiência no município de Pedras de Fogo.

Objetivos Específicos:

- Identificar as diferentes concepções dos profissionais de apoio que atuam no município de Pedras de Fogo a respeito da presença de estudantes com deficiência;
- Mapear o perfil formativo dos profissionais de apoio escolar e as funções desempenhadas;
- Descrever o contexto da educação especial no município de Pedras de Fogo.

Essa pesquisa propõe uma reflexão sobre o papel do profissional de apoio no ambiente escolar buscando promover uma educação inclusiva, começando a partir dos profissionais que gerem o sistema escolar. É notório que existe um caminho a ser percorrido quanto a atuação desses profissionais para um melhor cuidado com os alunos com deficiência e a “ninguém é lícito, pois, ignorar a responsabilidade por sua própria inclusão e dos demais nos mais variados espaços sociais” (Mazzotta, 2008, p. 165). Nesse caminho de *desafios e perspectivas* buscamos situar os discursos desses profissionais, reconhecendo a necessidade de uma atuação para atuar com os alunos com deficiência.

A pesquisa contribui para os estudos na área de inclusão escolar, visto que, diante do levantamento bibliográfico no Repositório Eletrônico Institucional da Universidade Federal da Paraíba e na Revista de Educação Especial obtém-se poucos resultados de publicações sobre o perfil desse profissional de apoio escolar, sabendo que o mesmo participa do corpo institucional e oferece apoio para os alunos com deficiência.

Para discutir a temática proposta, este escopo dissertativo se encontra estruturado em cinco capítulos. O primeiro deles sendo *Entre caminhos e desafios: Por que falar sobre o profissional de apoio escolar*, na qual apresentamos a introdução para uma atuação que busque responder às necessidades desses profissionais de apoio escolar, objetivo geral, objetivos específicos, os principais teóricos e estudiosos analisados na pesquisa e as perguntas que norteiam a construção desse estudo.

No segundo capítulo, discutimos os *fundamentos da inclusão* sobre o conceito de educação especial no Brasil, as legislações educacionais de inclusão e equidade das pessoas com deficiência, como primeiro subtópico as *Práticas e perspectivas para inclusão escolar* partem de uma discussão sobre as terminologias utilizadas para pessoas com deficiência, o segundo subtópico *A força do ensino Colaborativo na Educação* busca discutir um modelo de ensino baseado na colaboração, como modelos de apoio, integração de serviços e práticas colaborativas, o terceiro subtópico *Inclusão em ação: O trabalho do profissional de apoio escolar* discute o que é necessário que este profissional obtenha para garantir apoio adequado para exercer sua função baseando-se na inclusão escolar.

No terceiro capítulo, apresentamos a *Metodologia: escutando vozes e observando realidades* onde exploraremos a metodologia utilizada na pesquisa científica como um procedimento sistemático, que necessita de métodos e técnicas que ajudam de forma reflexiva, crítica, analítica e entre outras, para encontrar o conhecimento determinado, que esteja dentro da realidade. A pesquisa realizada foi definida como pesquisa de campo qualitativa/descritiva que objetiva conferir questionamento, analisar fatos, avaliar um assunto conforme suas principais variáveis. É uma pesquisa que usa coleta de dados, como instrumentos o questionário. O primeiro subtópico *estado da arte*, onde veremos que a pesquisa de campo possibilita uma aproximação com o contexto social dos profissionais de apoio no município de Pedras de Fogo, contribuindo para uma atuação adequada com inclusão, ética e equidade. Caracterizada pelo levantamento de dados no Repositório Eletrônico Institucional da Universidade Federal da Paraíba e na Revista de Educação Especial, buscando analisar a quantidade de pesquisas sobre a inclusão.

No quarto capítulo, apresentamos a *Análise em foco: olhares e desafios do profissional de apoio escolar* que busca demonstrar os dados coletados durante a pesquisa no município de Pedras de Fogo-PB sobre as vivências desses profissionais de apoio escolar, os projetos ativos para a formação desses profissionais, quantidades de profissionais de apoio no município, quantidades de alunos com deficiência e qual o perfil desses profissionais de apoio escolar para que promovam a inclusão dos alunos com deficiência.

No quinto capítulo, apresentamos a *conclusão* a partir da aplicação da pesquisa com relação a visão da autora sobre os desafios na atuação dos profissionais de apoio no município de Pedras de Fogo-PB, contribuindo para inclusão e equidade dos alunos com deficiências.

2. Fundamentos da Inclusão e Ensino Colaborativo

No Brasil o conceito de Educação Especial passou por mudanças ao longo da história, bem como na legislação educacional, buscando a inclusão e equidade das pessoas com deficiência. O direito à educação das pessoas com deficiência é contemplado, pela primeira vez, na Constituição Brasileira em 1988, que estabelece a igualdade de direitos e oportunidades, incluindo reserva de vagas em concursos públicos e adaptação de espaços públicos. Para o Ministério da Educação na Política Nacional de Educação Especial, a educação especial é uma modalidade de ensino que tem como objetivo:

O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (Brasil, 2007).

Portanto, observa-se a necessidade de uma modalidade de ensino que busque atender as necessidades dos alunos com deficiência, visando o desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma melhor qualidade educacional para o atendimento destes alunos.

Durante a década de 1970 a educação das pessoas com deficiência esteve contextualizada no sentido “médico-patológica pedagógica, com base na qual essas pessoas eram tratadas como doentes e incapazes” (Dantas, 2021, p.43). Em 1961, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/61 promoveu-se o atendimento educacional às pessoas com deficiência referindo-se a elas como “excepcionais”, caracterizando como doentes e incapazes. A partir da década de 70, a LDB implantou uma nova definição do atendimento educacional especializado como “tratamento especial” destinado para os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à ideia regular de matrícula e os superdotados. Esta Lei, não propõe um ensino organizado capaz de atender as demandas específicas dos(as) alunos(as) com deficiência, pois os direcionam para as classes de escolas especiais que reafirmam sua incapacidade como sujeito participativo e de direitos em uma sociedade democrática. Em 1973, o Ministério de Educação e Cultura criou o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), considerado um marco que destaca o reconhecimento do direito à educação da pessoa com deficiência e superdotação, mas ainda configurada por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado (Brasil, 1973).

A década de 1980 foi marcada pela integração das pessoas com deficiência na rede de ensino regular. Este decênio é declarado como o “Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD)” pela Organização das Nações Unidas (ONU), esse evento teve como objetivo convergir ações para a efetivação da igualdade de oportunidades para todos(as) com deficiência na sociedade, com condições de vida equivalente a todos os demais cidadãos. Em seguida, foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas 1982, o Programa Mundial de Ação para Pessoas com Deficiência, que tem como objetivo “promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de igualdade e participação plena das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento”(Brasil, 1988).

Esses marcos se delimitaram como um momento de união e forças das pessoas com deficiência em todo o mundo e passou a ser um período histórico de grande fortalecimento do movimento de inclusão das pessoas com deficiência. No final do decênio de 80, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 evidencia como um dos objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). No artigo 5º define que “todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza” e no inciso III e V garante aos alunos que “III - ninguém será submetido a tortura nem tratamento desumano e degradante; V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”. No artigo 206 inciso I, estabelece “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”(Brasil, 1988). Portanto, a constituição possibilitou a garantia do direito da pessoa com deficiência à classe regular quanto ao ensino especial. A abordagem integracionista obtém uma seleção para os alunos considerados “aptos” para inserção escolar, com isto, para compreensão desta integração, necessita de uma metáfora que diz que:

[...] integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. (Mantoan, 1997, p.8).

No último parágrafo a autora denuncia o conservadorismo na escola como um ensino alternativo dependendo da capacidade de adaptação do aluno com deficiência no sistema escolar, não seria uma inclusão visto que a Constituição Federal demarca a educação como um direito de todos, porém a escola precisa ser modificada para atender o aluno com

deficiência considerando suas especificidades de aprendizagem. Como consequência das muitas tentativas de integração das pessoas com deficiência acabam por voltar para a exclusão, pois uma escola regular não obtém os recursos necessários para atender as necessidades específicas dos alunos. Contudo, no sistema escolar quando os alunos não conseguem superar as barreiras são: “excluídos das classes regulares, e aqueles que conseguiram permanecer na escola, foram muitas vezes esquecidos pelos professores num cantinho de suas classes” (Dantas, 2021, p.47). A segregação das pessoas com deficiência ocorre por muita das vezes dentro do ambiente escolar, pois a formação dos profissionais não é suficiente para inclusão do aluno com deficiência.

Em 1989, é promulgada a Lei nº 7853/89 para integração social da pessoa com deficiência, também dispõe sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) é de suma importância na efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência, em seu art. 2º:

[...] ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (Brasil, 1989).

Esta Lei efetiva o direito não apenas à educação mas a outros sistemas necessários para atender as especificidades da pessoa com deficiência, demonstrando o avanço em diversas áreas para este grupo social.

O decênio de 1990, foi um período marcado pelo movimento da educação inclusiva no mundo e o palco de inúmeras publicações de documentos nacionais e internacionais a declaração mundial sobre a educação para todos (Unesco, 1990) é um documento que consiste nas metas para assegurar o direito à educação para todos considerando a necessidade educacionais das pessoas com deficiência. A Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), estabelece no documento diretrizes para a inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional.

Nesse sentido, a partir da Declaração de Salamanca em 1994, estabelece a educação inclusiva como direito fundamental para todos, independentemente das diferenças individuais, e defende que as escolas regulares devem acolher todas as crianças, oferecendo o apoio necessário para que todas possam aprender. No art. 3º inciso XIII na Lei nº 13.146/2015 esclarece a necessidade do profissional de apoio escolar “pessoa que exerce

atividade de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas”(Brasil, 2015). Compreender as políticas de inclusão das pessoas com deficiências é o primeiro passo para a inclusão, igualdade e respeito. Ademais, as políticas públicas têm como principal objetivo o acesso à participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência garantido:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008, p. 8)

Portanto, é visível que é preciso urgentemente desconstruir o processo de in/exclusão das pessoas com deficiência nas escolas do município de Pedras de Fogo e entender o papel do profissional de apoio dentro das escolas públicas para que a inclusão venha ser de fato efetivada.

2.1 Práticas e perspectivas para inclusão escolar

Ao longo dos anos as pessoas com deficiência eram classificadas como pessoas com obstáculos insuperáveis, elas eram chamadas de anormais, retardadas, débeis, enfermas, inválidas, incapazes, ineducáveis ou mesmo semi educáveis. Todo esse estigma e marca faziam com que a pessoa que tem alguma deficiência estivesse à margem da sociedade. Através dos tempos, o convívio com pessoas com necessidades foi regido por diferentes sentimentos e atitudes. Extermínio, humilhação, exploração, abandono, perseguição e até proteção e cuidado marcaram os diferentes períodos. A discriminação e preconceitos estiveram presentes em todos os momentos da história.

A inclusão escolar ocorre quando as especificidades e singularidades dos estudantes são respeitadas tanto politicamente quanto socialmente. Portanto, o espaço escolar deve ser prazeroso e de aprendizagem, visando garantir o direito de todas as crianças à educação. Considerando a necessidade de inclusão escolar dos estudantes com deficiência, desenvolveu-se um levantamento do que seria essencial para atuação do profissional de apoio. Com isto, elencamos alguns pontos para que este profissional de apoio promovesse a inclusão escolar.

Nesta perspectiva, os cuidadores devem compreender quais são os marcos regulatórios e as políticas públicas no Brasil para pessoas com deficiência, deste modo, apresentamos o (Quadro 1) com os anos, documentos e terminologias utilizados para alunos com deficiência:

Quadro 1: Marcos históricos e políticas públicas no Brasil para pessoas com deficiência.

Ano	Documento	Terminologia
1961	Lei de diretrizes e bases da educação (Ldb) nº 4.024/61	Considera as pessoas com deficiência “excepcionais”.
1970	Lei de diretrizes e bases da educação (LDB) nº 5.692/71	Define o atendimento educacional especializado como “tratamento especial” destinado para os alunos que apresentam deficiências

		físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à ideia regular de matrícula e os superdotados.
1973	Ministério da Educação cria o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp)	Construiu o Centro Nacional de Educação Especial possibilitando o reconhecimento da pessoa com deficiência e superdotação.
1981	Organização das Nações Unidas (ONU) declara o dia Internacional das pessoas com deficiência	“Ano Internacional das Pessoas com Deficiência”, esse evento tem como objetivo convergir ações para a efetivação da igualdade de oportunidades para todos(as) com deficiência na sociedade, com condições de vida equivalente a todos os demais cidadãos.
1988	Constituição Federal	A constituição possibilitou a garantia do direito da pessoa com deficiência à classe regular quanto ao ensino especial.
1989	Presidência da República da Casa Civil Lei nº	Lei constituída para

	7.853/89	integração social da pessoa com deficiência, que também dispõe sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) é de suma importância na efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência
1990	Declaração Mundial sobre a educação para todos (Unesco) apresenta um plano de ação para Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem	Documento que delimita metas para garantia do direito a todos, considerando a necessidade educacionais das pessoas com deficiência.
1994	Declaração de Salamanca (Unesco)	Estabelece no documento diretrizes da educação inclusiva como direito fundamental para todos, independentemente das diferenças individuais, e defende que as escolas regulares devem acolher todas as crianças, oferecendo o apoio necessário para que todas possam aprender.
2015	A Presidência da República sanciona a Lei nº 13.146	Destinada a assegurar e promover condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades

		fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
2024	O Ministério dos Direitos Humanos e da cidadania constroi um Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o título “viver sem limites”	Este plano sinaliza para a inclusão e para a superação das barreiras comunicacionais, arquitetônicas, atitudinais, físicas e sociais enfrentadas por milhões de brasileiras e brasileiros.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Optamos por fazer menção ao **Quadro 1**, por entendermos a importância de tais marcos regulatórios para inclusão dos alunos com deficiência e para a compreensão dos cuidadores que cotidianamente convivem nas escolas no município de Pedras de Fogo. É necessário entender que antes de ser um direito à educação das pessoas com deficiências, foi um movimento de luta e que obteve diferentes terminologias no decorrer dos anos com o intuito de promover inclusão e equidade. Portanto, os profissionais de apoio têm como dever garantir a inclusão, além de exercer atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuar em todas as atividades escolares necessárias.

Na obra coletiva com o título *L' ecole face aux handicaps* (não publicada no Brasil), deu-se atenção às “palavras da educação especial”, justificando essa atenção às palavras e às denominações do seguinte modo:

As terminologias correntes são, com frequência, obstáculos à análise científica, exatamente porque veiculam evidências questionadas. Um dos melhores remédios para isso, sempre necessário, é tomar precisamente essas terminologias como objeto de pesquisa, e submetê-las a uma decodificação crítica. (Chauviere, Plaisance, 2000)

Procede-se a um questionamento crítico das terminologias utilizadas durante os anos com o qual tem sido modificada. Em diálogo de Sócrates e Platão, com o interlocutor de

Sócrates o Crátilo, esse diálogo tem significativo subtítulo “Da correção dos nomes”. Como hábito, Sócrates não oferece solução para seus interlocutores, mas reflexões, chegando a desestabilizá-los a partir dos questionamentos. Deste modo, no decorrer das décadas as terminologias para pessoas com deficiência foram sendo corrigidas. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben) “entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Não é oferecida apenas na rede de ensino regular, mas também em instituições de ensino especializadas (escolas para pessoas surdas e cegas), também procede esse sistema de ensino. Entretanto, o ensino é o mesmo que o visto no regular, mas sofre adaptações para atender às necessidades desses alunos. Para a compreensão dos profissionais de apoio sobre a educação especial e os seus conceitos, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases (Ldben) no art. 2 e a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB) nº 04/2009, envolve o conjunto de serviços disponibilizados para os seguintes agrupamentos de alunos:

I – Alunos com deficiência: Aqueles que têm impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, mental e sensorial;

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (Brasil, 2009)

Entender o conceito dos alunos com deficiências é primordial para o desenvolvimento do melhor trabalho em sala de aula promovendo a inclusão, mas para acontecer a inclusão é necessário compreender a linguagem adequada para o respeito das pessoas com deficiência. Na Lei nº 13.146/2015 é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, de acordo com art. 2º considera pessoa que tem deficiência:

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua

participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015 p.1)

Portanto, o autor Sassaki (1999) busca uma linguagem que as pessoas com deficiência se sentem mais confortáveis em uma sociedade inclusiva com grafias, termos e frases corretas, com isso a pesquisadora elaborou o (Quadro 2):

Quadro 2: Linguagem baseada em uma sociedade inclusiva de acordo com Sassaki (1999) com modificações das terminologias atuais.

GRAFIAS, TERMOS E FRASES		
	INCORRETO	CORRETOS
1	Adolescente normal	Adolescente (criança, adulto) sem deficiência.
2	Aleijado, defeituoso, incapacitado e invalido	Pessoa com deficiência
3	Apesar de deficiente ele é um ótimo aluno	Ele tem deficiência e é um ótimo aluno
4	Aquela criança não é inteligente	Aquela criança é menos desenvolvida na inteligência, por exemplo, lógico-matemática
5	Cadeiras de rodas elétricas	Cadeira de rodas motorizada
6	Ceguinho	Cego, pessoa cega, pessoa com deficiência visual
7	Classe normal	Classe comum
8	Criança excepcional	Criança com deficiência intelectual
9	Defeituoso físico	Pessoa com deficiência física
10	Deficiências físicas	Deficiências

11	Deficientes físicos	Pessoas com deficiência
12	Deficiência mental leve, moderada, severa, profunda	Deficiência intelectual
13	Deficiente mental (referindo-se a pessoa com transtorno mental)	Pessoa com doença mental, pessoa com transtorno mental, paciente psiquiátrico
14	Doente mental (referindo-se à pessoa déficit intelectual)	Pessoa com deficiência intelectual.
15	Ela é cega mas mora sozinha	Ela é cega e mora sozinha
16	Ela retardada mental mas é uma atleta excepcional	Ela tem deficiência intelectual e se destaca como atleta
17	Ela é surda [ou cega] mas não é retardada mental	Ela é surda [ou cega] e não tem deficiência intelectual.
18	Ela foi vítima de paralisia infantil	Ela teve paralisia infantil ou ela tem sequela de paralisia infantil
19	Ela teve paralisia cerebral (referindo-se a uma pessoa no presente)	Ela tem paralisia cerebral
20	Ele atravessou a fronteira da normalidade quando sofreu um acidente de carro e ficou deficiente	Ele teve um acidente de carro que o deixou com uma deficiência
21	Ela foi vítima da pólio	Poliomielite; paralisia infantil e pólio. Ela teve pólio
22	Ele é surdo-cego	Grafia correta: ele é surdocego ou ele tem surdocegueira
23	Ele manca com bengala nas axilas	Ele anda com muletas axilares
24	Ela sofre de paraplegia [ou de paralisia	Ela tem paraplegia [ou paralisia

	cerebral ou de sequela de poliomielite]	cerebral ou sequela de poliomielite]
25	Escola normal	Escola comum.
26	Esta família carrega a cruz de ter um filho deficiente	Esta família tem um filho com deficiência
27	Infelizmente, meu primeiro filho é deficiente; mas o segundo é normal	Tenho dois filhos: o primeiro tem deficiência e o segundo não tem
28	Intérprete do LIBRAS	Intérprete da Libras (ou de Libras)
29	Inválido (referindo-se a uma pessoa)	Pessoa com deficiência
30	Lepra; leproso; doente de lepra	Hanseníase; pessoa com hanseníase; doente de hanseníase
31	LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais.	Grafia correta: Libras. Termo correto: Língua Brasileira de Sinais.
32	Língua dos sinais	Língua de sinais
33	Linguagem de sinais	Língua de sinais
34	Louis Braile	Louis Braille
35	Mongolóide; mongol:	Pessoa com síndrome de Down, criança com Down, uma criança Down
36	Mudinho:	Surdo; pessoa surda; pessoa com deficiência auditiva
37	Necessidades educativas especiais	Necessidades educacionais.
38	O epilético	A pessoa com epilepsia, a pessoa que tem epilepsia
39	O incapacitado	A pessoa com deficiência
40	O paralisado cerebral	A pessoa com paralisia cerebral

41	Paralisia cerebral é uma doença	Paralisia cerebral é uma condição
42	Pessoa normal	Pessoa sem deficiência.
43	Pessoa presa (confinada, condenada) a uma cadeira de rodas	Pessoa em cadeira de rodas; pessoa que anda em cadeira de rodas; pessoa que usa uma cadeira de rodas
44	Pessoas ditas deficientes	Pessoas com deficiência
45	Pessoas ditas normais	Pessoas sem deficiência
46	Pessoa surda-muda	Pessoa surda ou, dependendo do caso, pessoa com deficiência auditiva
47	Portador de deficiência	Pessoa com deficiência
48	PPD's	O termo PPD's o qual significa pessoa portadora de deficiência não é mais utilizado. Termo correto: pessoa com deficiência.
49	Quadruplegia; quadriparesia	Tetraplegia; tetraparesia
50	Retardo mental, retardamento mental	Deficiência intelectual
51	Sala de aula normal	Sala de aula comum
52	Sistema inventado por Braille	Sistema inventado por Braille
53	Sistema Braille	Sistema braile
54	Sofreu um acidente e ficou incapacitado	Teve um acidente e se tornou uma pessoa com deficiência.
55	Surdez-cegueira	Surdocegueira
56	Surdinho	Surdo; pessoa surda; pessoa com deficiência auditiva

57	Surdo-mudo	Surdo; pessoa surda; pessoa com deficiência auditiva
58	Texto (ou escrita, livro, jornal, cardápio, placa metálica) em Braille	Texto em braile; escrita em braile; livro em braile; jornal em braile; cardápio em braile; placa metálica em braile
59	Visão sub-normal	Deficiência visual

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Compreender o neologismo que é importante na nossa sociedade, onde é crucial para evitar vícios linguísticos e adotar grafias, termos e frases corretas que promovam uma comunicação inclusiva. Isso também envolve combater o capacitismo, que é um preconceito contra pessoas com deficiência. O capacitismo se manifesta em tratamentos, formas de comunicação, práticas, barreiras físicas e arquitetônicas que impedem o pleno exercício da cidadania dessas pessoas. O capacitismo pode ser manifestado de diversas formas, seja por meio de palavras, expressões, brincadeiras ou ações. O capacitismo é crime de acordo com a Lei 13.146/2015 no art. 88 que trata de praticar, induzir ou incitar discriminação da pessoa com deficiência, com pena e reclusão de 1 a 3 anos e multa (Brasil, 2015).

A linguagem é fala da existência dos ser humano como afirma Skliar (2014):

Um rastro espectral que assume a vertigem da existência e seus labirintos: proíbe e liberta, habilita e confina, da passagem e aprisiona, ascende, transcende e abisma. (2014, p.18)

O poder da linguagem, é um labirinto que pode levar a caminhos bons ou ruins, ter consciência do que falar é o primeiro passo para mudanças significativas em uma sociedade inclusiva. Portanto, o profissional de apoio deve se inserir em uma linguagem inclusiva buscando aumentar o potencial dos alunos com deficiência.

Portanto, para evitar segregação o autor Skliar (2014) busca demonstrar em nossa sociedade os tipos de linguagens:

- **A linguagem hostil:** linguagem que demonstra antipatia, inimizade ou aversão em relação a algo ou a alguém. Para Skliar a linguagem hostil é uma linguagem seca, o chicote que acontece fora ou longe ou privado de toda experiência.

- **A linguagem infecciosa:** é uma linguagem severa, uma linguagem que alguém sentiu com nitidez a impossibilidade de dizer nada sobre nada. Esta linguagem acontece por sua vez com o esgotamento, o entristecimento, a teimosia, a humilhação.
- **A linguagem intraduzível:** Aquela linguagem que não demonstra clareza.
- **A linguagem amorosa:** Uma linguagem capaz de aproximar as pessoas, uma forma carinhosa de acolher.
- **A linguagem fechada:** Aquela linguagem em que o indivíduo está confinado. O confinamento sóbrio, infausto, as trevas, o silêncio, o perigo, o sufocamento e o abandono.
- **A linguagem severa:** Acontece quando não mais dominamos a linguagem quando a paciência acaba.
- **A linguagem que julga:** O homem por sua natureza é um ser desmoldado que julga, mede, esquadrinha e desconfiança. É uma linguagem severa que julga e carrega pesos de humilhação.
- **A linguagem de amizade:** Carrega um carinho e calmaria ao indivíduo, uma relação de amor de gostar de estar perto de uma pessoa. (2014, p. 19)

Pensando em um tratamento adequado para os alunos com deficiência é necessário uma linguagem amorosa e de amizade. Apesar de historicamente, as pessoas com deficiência foram frequentemente marginalizadas e estigmatizadas por termos depreciativos e práticas discriminatórias. No entanto, com o tempo, houve estudos para uma mudança gradual é importante para uma abordagem mais inclusiva e respeitosa.

Os marcos regulatórios e as políticas públicas destacadas, como as leis e declarações internacionais e nacionais, revelam um esforço contínuo para promover a igualdade de oportunidades e garantir os direitos das pessoas com deficiência. A mudança na terminologia, como ilustrado no **Quadro 2**, reflete uma conscientização crescente sobre a importância de usar uma linguagem que respeite a dignidade e a identidade das pessoas com deficiência. Por isso, os profissionais de apoio desempenham um papel crucial nesse contexto, eles devem não apenas compreender as leis e políticas, mas também adotar uma linguagem inclusiva e sensível, evitando termos e expressões que perpetuam preconceitos e estigmas. A conscientização sobre o capacitismo e a promoção de uma comunicação inclusiva são essenciais para garantir que as pessoas com deficiência possam participar plenamente e com dignidade na sociedade.

O uso de uma linguagem adequada, como enfatizado por autores como Sassaki (2002) e Skliar (2014), é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao aplicar uma linguagem amorosa e respeitosa, os profissionais de apoio não só cumprem sua função de suporte, mas também contribuem para a criação de um ambiente educacional e social mais acolhedor e equitativo para todos.

Portanto, embora o caminho para a plena inclusão das pessoas com deficiência ainda tenha desafios a enfrentar, os avanços realizados até agora, tanto em termos de legislação quanto de mudança de terminologia, são passos significativos em direção a uma sociedade

mais inclusiva e respeitosa. A educação e a conscientização de forma contínua sobre a importância de uma linguagem inclusiva e sobre os direitos das pessoas com deficiência são essenciais para assegurar que todos os indivíduos tenham a oportunidade de participar plenamente e de forma digna na sociedade.

2.2 A força do ensino Colaborativo na Educação

O ensino colaborativo é uma estratégia didática que envolve a participação ativa dos alunos em atividades em grupo, projetos e discussões. O ensino colaborativo de acordo com as legislações implementadas o termo colaboração é visto pela primeira vez na Resolução CNE/CEB sobre as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica nº 02/2001, aponta que a “atuação colaborativa de professor especializado em educação especial” (Brasil, 2001). Em seguida, no ano de 2010, a Nota Técnica sobre a orientação da atuação dos professores da educação especial e dos professores do ensino regular na inclusão de alunos com deficiência nº 09/2010, cita aspectos que envolvem a atuação dos professores da Educação Especial e os professores da classe comum para que promovesse a “disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação da aprendizagem dos alunos nas atividades escolares” (Brasil, 2010b, p.4).

No modelo Ensino colaborativo envolve um trabalho realizado em parceria entre o professor da educação especial e o professor de ensino comum. Essa abordagem apoia-se em uma visão social que propõe a modificação da escola para qualificar o ensino oferecido em classes comuns, onde o aluno passa a maior parte de sua jornada escolar. Como afirmam Vilaronga, Mendes e Zerbato (2023, p.14):

Se o ensino não favorecer sua participação e aprendizagem, de nada servirá ampliar sua jornada em uma ou duas horas semanais para oferecer o AEE, como se o problema estivesse centrado no aluno com deficiência e não na escola. (Mendes; Vilaronga; Zerbato, 2023, p.14)

O ensino colaborativo surge como estratégia para auxiliar no desenvolvimento da educação, considerado por respeitar os ritmos e estilos de aprendizagem de cada aluno, para favorecer o ensino e aprendizagem inclusiva de todos os alunos. Thousand e Villa (1989) propuseram duas características para uma escola se tornar inclusiva: gastar tempo e energia formando a equipe escolar e capacitar equipes educacionais para tomar decisões de forma colaborativa. Porém, para que esse ensino colaborativo funcione é necessário formação contínua para atuar diante das dificuldades apresentadas na sala de aula. Como afirma Marques:

Precisamos romper com a visão de escola que apenas reproduz dada cultura e formas de organização hegemônicas e refletir sobre a complexidade das relações

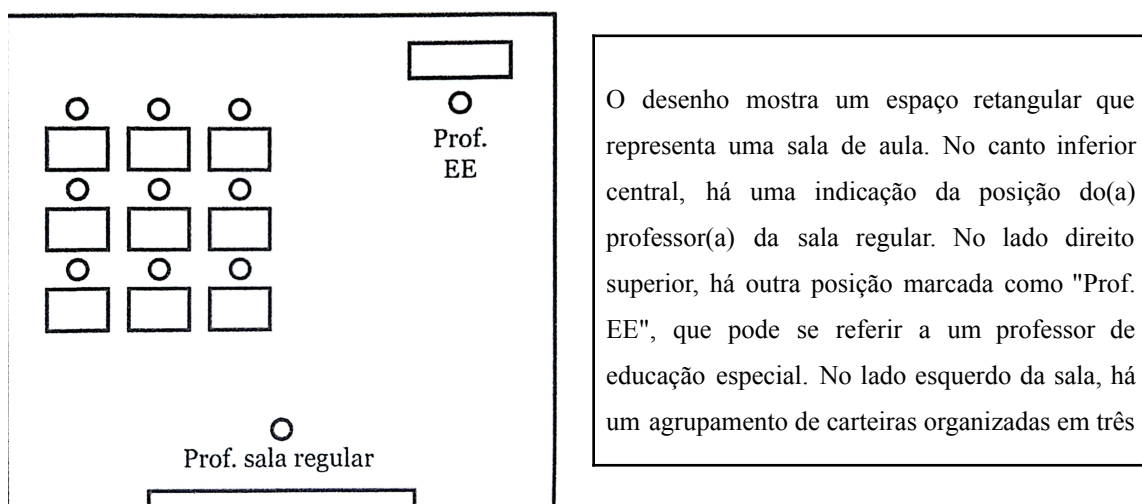
estabelecidas neste “tempo espaço”, criando um campo fértil para a “comunhão” nas diferenças. Todos temos o mesmo valor existencial e devemos compartilhar dos mesmos “tempos espaços”. Viver sem barreiras é mais do que se falar das diferenças como algo externo a nós, como se a sociedade fosse composta pelos normais e pelos ditos diferentes; é conviver nas diferenças, uma vez que todos somos como somos e ponto. (Marques, p. 43-44, 2012)

Exercer um ensino colaborativo é um ato de comunhão, pois não há mais tempo a ser perdido questionando as diferenças, mas precisamos respeitar e viver em comunhão, considerando que cada aluno tem suas especificidades, sejam eles com deficiência ou não. Somos seres humanos múltiplos, com personalidade, gostos e modos diferentes de viver e se relacionar em uma sociedade e é isso que nos torna únicos. A “comunhão” nas diferenças é o mais singelo ato de tolerância, é a afirmação de que a vida se amplia e se enriquece na multiplicidade (Marques, 2012). O ensino baseado na abordagem colaborativa o profissional de apoio necessita ser flexível buscando o trabalho em equipe, pois a interação e o aprendizado nesse processo é essencial, visto que, o aluno com deficiência precisa de todo suporte necessário de acordo com suas especificidades.

Os autores Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) apontam que o ensino colaborativo possui seis modos distintos que poderiam ilustrar o local que esses docentes ocupam em sala, demonstrando as diferentes fases de desenvolvimento desses profissionais em sala de aula. Como ilustração apresentamos as imagens disponíveis no livro cujo os autores são Stopa, Costa, Vilaronga, Mendes, Psicologia e Santos (2022) a partir das (Figura 1), (Figura 2), (Figura 3), (Figura 4), (Figura 5) e (Figura 6):

Modelo 1- Um ensina e um observa

Figura 1: Um ensina e um observa.



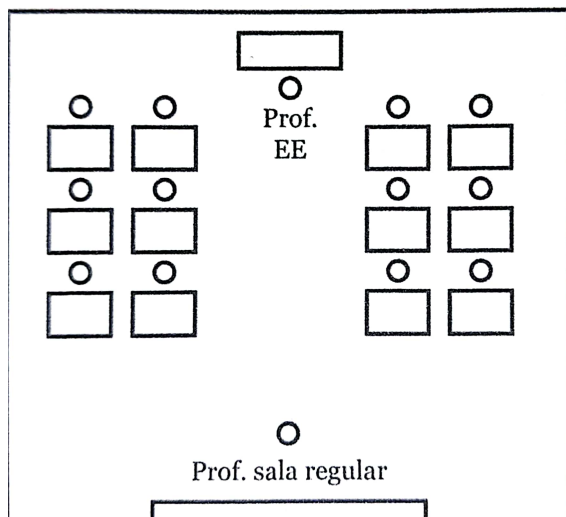
fileiras de três carteiras cada, totalizando nove carteiras. Acima de cada carteira, há um círculo, representando os alunos sentados.

Fonte: imagem adaptada por Gabriel Antônio Barbosa Mesquita com base em Vaughn, Schumm e Aguelles (1997).

Nesse modelo um dos professores assume o papel principal da sala de aula, enquanto o outro observa as questões comportamentais e de aprendizagem dos alunos, segundo Stopa, Costa, Vilaronga, Mendes, Psicologia e Santos (2022) nesse processo não existe regras em relação a posição na qual dos docentes assume a função, isso pode ser acordado.

Modelo 2- Um ensina e um auxilia

Figura 2: Um ensina e um auxilia.



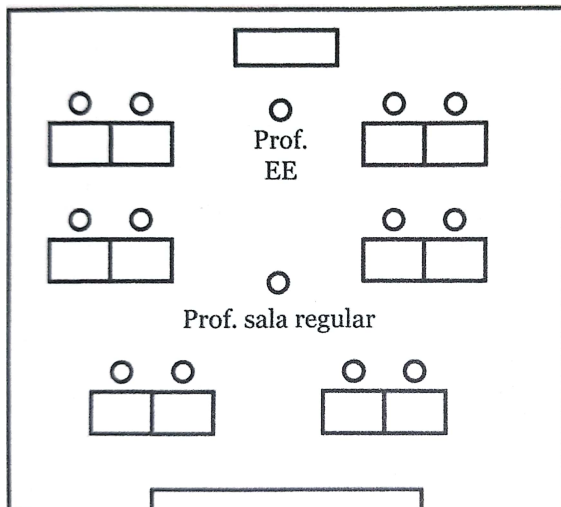
Fonte: imagem adaptada por Gabriel Antônio Barbosa Mesquita com base em Vaughn, Schumm e Aguelles (1997).

A imagem é um diagrama representando a organização de uma sala de aula. O espaço é retangular e contém um conjunto de carteiras organizadas simetricamente em dois grupos, um à esquerda e outro à direita. Cada grupo contém três fileiras com duas carteiras cada, totalizando doze carteiras. Acima de cada carteira há um círculo, representando os alunos sentados. Na parte inferior da sala, há uma indicação da posição do(a) professor(a) da sala regular, centralizada diante dos alunos. No topo da sala, há uma área destacada onde está escrito "Prof. EE", representando o(a) professor(a) de educação especial. Essa posição fica centralizada entre os dois grupos de alunos.

Nesse modelo, enquanto um professor assume a condição da disciplina, o segundo circula e assume a função de assistência, auxiliando os estudantes que apresentam algumas necessidades de atendimento individualizado ou em pequenos grupos.

Modelo 3- Estação de ensino

Figura 3: Estação de ensino



Fonte: imagem adaptada por Gabriel Antônio Barbosa Mesquita com base em Vaughn, Schumm e Aguelles (1997).

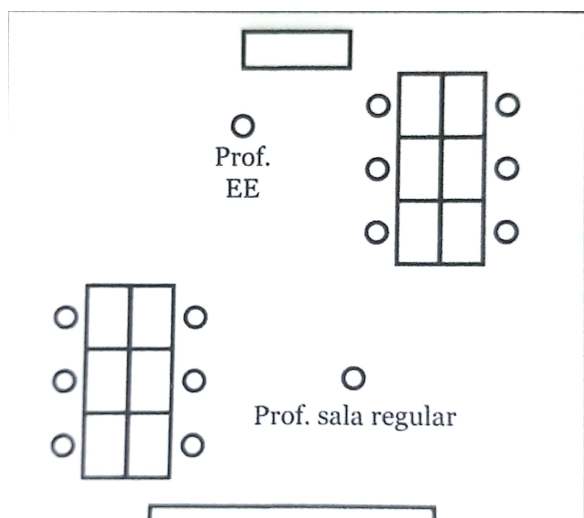
A imagem representa um diagrama esquemático da organização de uma sala de aula. O espaço é retangular, com carteiras distribuídas em pequenos grupos. Há seis grupos de carteiras, três de cada lado da sala, organizados simetricamente. Cada grupo contém duas carteiras lado a lado, com dois círculos acima, representando os alunos sentados. No topo da imagem, há uma indicação da posição do(a) professor(a) de educação especial ("Prof. EE"), localizado no centro da sala, próximo aos alunos. No meio da sala, há uma legenda indicando o(a) professor(a) da sala regular, que está posicionado mais abaixo, próximo à entrada da sala. Na parte superior da imagem, há uma abertura, que pode representar a porta de entrada da sala.

Esse modelo prevê uma disposição diferenciada da sala de aula tradicional. A turma é dividida em diversos grupos de aprendizagem dispostos pela sala, e cada grupo deve contemplar focos distintos de aprendizagem, porém relacionados, ou seja, o mesmo assunto é abordado mais de modos diferentes.

Modelo 4 - Ensino Paralelo

Figura 4: Ensino Paralelo

A imagem é um diagrama que representa a organização de uma sala de aula. A sala tem um formato retangular. As carteiras estão organizadas em duas grandes mesas coletivas, uma à esquerda e outra à direita da sala. Cada mesa contém seis carteiras agrupadas, com círculos ao redor, representando os alunos sentados. No topo da



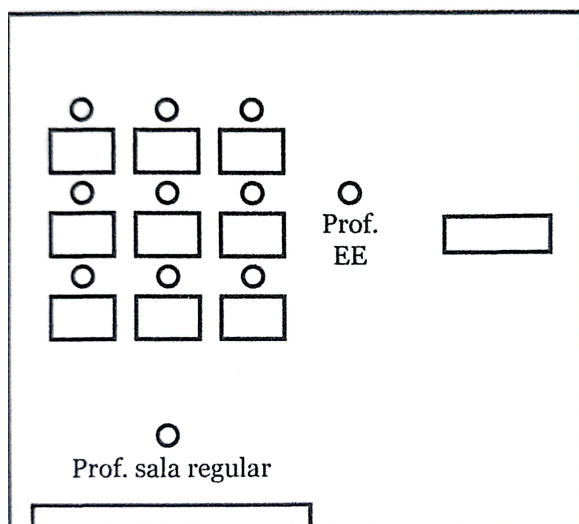
sala, há um espaço identificado como "Prof. EE", indicando a posição do(a) professor(a) de educação especial, que está mais próximo da mesa da esquerda. No centro da sala, há uma legenda marcando a posição do(a) professor(a) da sala regular, localizado mais próximo da parte inferior da imagem. Na parte superior da sala, há uma abertura, possivelmente representando a porta de entrada.

Fonte: imagem adaptada por Gabriel Antônio Barbosa Mesquita com base em Vaughn, Schumm e Aguelles (1997).

Esse modelo prevê que a sala é dividida em grandes grupos e cada profissional se responsabiliza por um dos grupos. Porém, o conteúdo ministrado e o planejamento é o mesmo.

Modelo 5 - Ensino Alternativo

Figura 5: Ensino Alternativo.



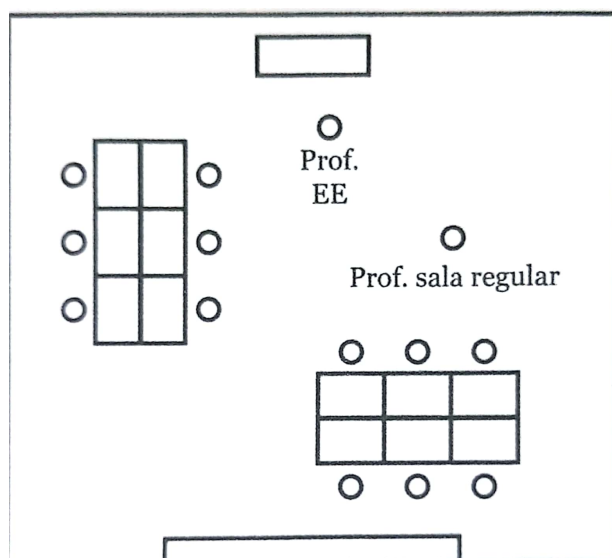
A imagem é um diagrama que representa a organização de uma sala de aula. O espaço é retangular. No lado esquerdo da sala, há nove carteiras organizadas em três fileiras de três. Cada carteira possui um círculo acima, representando os alunos sentados. No canto direito da sala, há uma marcação indicando a posição do(a) professor(a) de educação especial (Prof. EE). Um pequeno retângulo ao lado pode representar uma mesa ou outro móvel. Na parte inferior da sala, há um local identificado como "Prof. sala regular", indicando a posição do(a) professor(a) da turma, mais próximo à entrada.

Fonte: imagem adaptada por Gabriel Antônio Barbosa Mesquita com base em Vaughn, Schumm e Aguelles (1997).

Esse modelo é utilizado normalmente em situações nas quais se observa que um pequeno grupo necessita de algum tipo de auxílio ou atenção individualizada. Um dos profissionais assume a sala de aula e a condução das atividades com o grupo maior enquanto outro professor volta a atenção para um pequeno grupo, trabalhando os assuntos específicos voltados ao auxílio observado.

Modelo 6 - Equipe de ensino colaborativo

Figura 6: Equipe de ensino colaborativo



Fonte: imagem adaptada por Gabriel Antônio Barbosa Mesquita com base em Vaughn, Schumm e Aguilles (1997).

A imagem é um diagrama representando a organização de uma sala de aula. O espaço tem formato retangular. Há duas grandes mesas coletivas na sala: Uma mesa está posicionada à esquerda, com seis carteiras agrupadas e círculos ao redor, representando os alunos sentados. A outra mesa está localizada mais ao centro e à direita da sala, também com seis carteiras agrupadas e círculos ao redor, representando os alunos.

No topo da sala, há uma marcação identificando o(a) professor(a) de educação especial (Prof. EE), posicionado ao centro. No meio da sala, há um círculo indicando a posição do(a) professor(a) da sala regular.

Nesse modelo os professores se responsabilizam conjuntamente pelo encaminhamento das ações da sala de aula, a parceria é fortalecida mais do que as figuras anteriores.

Embora os modelos de ensino colaborativo apresentados por Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) representem avanços significativos na inclusão de professores da Educação Especial no contexto da sala de aula regular, no Brasil essa proposta pedagógica ainda está em processo de consolidação. Para que o modelo colaborativo seja efetivado, é necessário investimento na formação de um número maior de profissionais com especialização na área da Educação Especial. Atualmente, o professor de Educação Especial não está presente de

forma contínua na sala de aula comum, uma vez que atua prioritariamente no Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais com diversos estudantes público-alvo da educação especial. Dessa forma, não é possível que esse docente se ausente da Sala de Recursos Multifuncionais, no entanto, o docente pode realizar visitas periódicas (semanais ou mensais) para acompanhar o desenvolvimento dos alunos na sala regular. Por outro lado, a ausência diariamente do profissional de apoio escolar compromete significativamente o processo inclusivo, deste modo, proponho que quando o professor de Educação Especial estiver na sala de aula o cuidador pode se ausentar, sendo acionado apenas quando houver necessidade específica relacionada às suas atribuições. O profissional de apoio escolar desempenha uma função que enriquece o suporte pedagógico: ele atua como um cuidador que possibilita a participação ativa do aluno com deficiência nas atividades escolares. Sua ausência nos modelos sugeridos implica que o trabalho colaborativo ainda é percebido de forma restrita, limitando à interação entre professores e cuidadores, mesmo com a legislação que frisa a importância desse profissional para auxiliar os alunos com deficiência garantindo que suas especificidades sejam atendidas.

A função do profissional de apoio escolar de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, nº 13.146/2015) é oferecer suporte a alunos com deficiência na alimentação, higiene, locomoção e auxílio durante as atividades pedagógicas, assegurando a educação inclusiva. A função do professor de educação especial de acordo com a Resolução CNE/CEB sobre as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica nº 02/2011, apontam que este professor deve ser especializado e que busque elaborar planos de ensino individualizado com base no perfil de cada aluno, trabalhar com o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais do aluno, além disso, orientar e capacitar os professores do ensino regular sobre estratégias pedagógicas inclusivas.

A função do professor da sala de aula comum de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (nº 13.146/2015) é planejar aulas e espaços pedagógicos para inclusão de alunos com deficiência, ministrando o conteúdo curricular para todos os alunos da turma, promover um ambiente inclusivo que respeite as diferenças e atenda as necessidades individuais, além disso, colaborar com o professor de educação especial e o profissional de apoio para garantir o sucesso da inclusão.

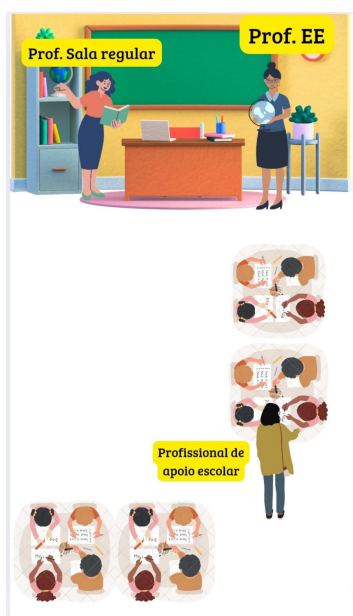
Essa visão limitada pode dificultar o desenvolvimento de estratégias mais abrangentes que considerem a multiplicidade de papéis necessários para uma verdadeira educação inclusiva. Além disso, é necessário esclarecer que o profissional de apoio auxilia nos cuidados com os alunos com deficiência, porém com o professor de Educação Especial na

sala de aula, o cuidador pode ausentar-se, sendo acionado apenas quando houver necessidade específica relacionada às suas atribuições. Ao não incluir esse profissional, o trabalho em equipe perde uma peça essencial, pois é ele quem frequentemente atende as demandas específicas dos alunos com deficiência e atua como um facilitador para que esses alunos possam participar plenamente das atividades propostas.

Uma abordagem mais completa do trabalho colaborativo deveria incorporar explicitamente o papel do profissional de apoio escolar, promovendo uma tríade de colaboração: professor da sala regular, professor da Educação Especial e profissional de apoio. Essa configuração permitiria que as necessidades pedagógicas e pessoais dos alunos fossem atendidas de forma mais integrada e eficaz, ao mesmo tempo em que fortaleceria a relação entre os profissionais e ampliaria o escopo das práticas inclusivas. Além disso, estes profissionais teriam um momento de partilha de conhecimentos e estratégias utilizadas para um melhor ambiente inclusivo. Deste modo, apresentamos um novo modelo construído na (Figura 7) pensando na inclusão desses profissionais na sala de aula:

Modelo 7 - Trabalho colaborativo

Figura 7: Trabalho colaborativo.



A imagem é uma ilustração representando a organização e os papéis dos profissionais em uma sala de aula inclusiva. No topo da imagem, há uma sala de aula com um quadro verde ao fundo. À esquerda, uma professora da sala regular está ensinando, apontando para o quadro. Acima dela, há um rótulo amarelo com o texto "Prof. Sala regular". À direita, outra profissional segura um globo terrestre. Acima dela, um rótulo amarelo indica que ela é a "Prof. EE", referindo-se à professora de educação especial. Abaixo dessa cena, aparecem três grupos de alunos sentados em mesas, vistos de cima. O primeiro e o segundo grupos são compostos por dois alunos cada.

O terceiro grupo, mais abaixo, tem quatro alunos sentados ao redor da mesa. Próximo a esse grupo maior, há uma pessoa de pé vestindo um casaco amarelo e calça azul, representando um profissional de apoio escolar. Um rótulo amarelo identifica esse papel com o texto "Profissional de apoio escolar"

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esse modelo segundo a abordagem do ensino colaborativo busca a inserção de um ambiente inclusivo em que o professor da sala regular, o professor de Educação Especial e também o profissional de apoio que será acionado quando houver necessidade. Nessa perspectiva, os professores atuam com naturalidade e sem negociação prévia dos seus papéis na sala de aula, enquanto o profissional de apoio escolar auxilia quando necessário o aluno com deficiência na realização de suas atividades como higiene, alimentação, locomoção e auxílio durante as atividades pedagógicas.

Portanto, o ensino colaborativo busca enriquecer o trabalho pedagógico em equipe para desconstrução de um trabalho individualizado dos professores, a educação acontece quando os indivíduos se socializam e compartilham experiências. Segundo Freire (2014), “esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com os outros para fazer de outro modo” (2014, p.3). Com isso, a esperança é que nos estimulam para dias melhores para o sistema educacional.

2.3 Inclusão em ação: O trabalho do Profissional de Apoio Escolar

O profissional de apoio nomeado culturalmente como “monitores”, “cuidadores”, “auxiliar de sala” convive cotidianamente no ambiente escolar com alunos com deficiência. Como pesquisadora, ao analisar os dados e mapear as outras publicações, observa-se a existência de poucas publicações sobre qual seria o perfil desse profissional de apoio escolar. A escola como afirma Veiga-Neto:

É um lugar privilegiado para se observar, por exemplo, tanto as transformações que já aconteceram quanto as que ainda estão acontecendo na lógica social. Faz dela, também, um lugar atraente para implementar mudanças sobre essa lógica social, que se pretendam necessárias, seja no plano político, cultural ou econômico. Mas isso não significa, absolutamente, que essas sejam operações fáceis. É preciso ter sempre claro que mesmo aquilo que parece ocorrer apenas no âmbito escolar pode ter e, quase sempre, tem ligações sutis e poderosas com práticas (discursivas e não-discursivas) que extravasam a própria escola. (Veiga-Neto, 2001, p. 24)

A escola é um ambiente instruído para incluir os alunos com deficiência, considerando as dificuldades para desnaturalizar e desconstruir estereótipos capacitistas, o que implica pensar o papel desse profissional de apoio dentro da escola que é uma questão contingente considerando que esses profissionais estão trabalhando com alunos que têm deficiências e que precisam de um suporte para o desenvolvimento de atividades de locomoção, higiene, alimentação e suporte na aprendizagem.

Com o advento da LBI, a Lei nº 13.146/2015, passou a ter destaque a partir da Lei supracitada no art. 3º inciso XIII demonstrando a necessidade do profissional de apoio escolar. Portanto, esta questão da função e formação do profissional de apoio escolar ainda gera muitas dúvidas para os pais e para algumas escolas, porém assim como descrito na lei o profissional de apoio não trabalha com as questões pedagógicas e não há exigências técnicas decorrente da sua formação. Nesta perspectiva, o professor do Atendimento Educacional Especializado e o professor da rede comum, desenvolve atividades pedagógicas buscando potencializar e desenvolver as habilidades dos alunos com deficiência. O profissional de apoio escolar deve aprender como facilitar a acessibilidade, lidar com crises e promover a autorregulação dos alunos com deficiência para assegurar um suporte mais adequado. A partir desta perspectiva, busquei analisar qual seria o perfil destes profissionais de apoio escolar para a inclusão da pessoa com deficiência:

Segundo Mazzotta (1999) o reconhecimento da pessoa com deficiência é o primeiro passo para inclusão:

A evolução das atitudes dos não deficientes é dos portadores de deficiência em busca do conhecimento e da aceitação mútua, bem como à importância da organização de tais movimentos sociais, implica em não cometer o equívoco de não concordar com posições tais com deficiente. (Mazzotta, 1999, p.65)

Essa citação destaca que a mudança nas atitudes e a promoção de uma aceitação mútua são essenciais para a inclusão efetiva. Reconhecer e respeitar as pessoas com deficiência é crucial para construir uma sociedade mais inclusiva e compreensiva. Os valores humanos no processo de inclusão dentro do regime escolar são essenciais para uma norma de conduta que determine decisões importantes visando garantir que a convivência entre as pessoas seja de forma pacífica, honesta e justa. Portanto, para uma inclusão efetiva o profissional de apoio deve desenvolver os valores humanos, pois são estes que fazem parte da formação da consciência e da maneira de agir e se relacionar em uma sociedade. Os principais valores que são essenciais para este profissional são de acordo com (Quadro 3):

Quadro 3: Os valores que são essenciais para o profissional de apoio.

	Valores	Significado
1	Honestidade	Agir com ética e verdade nas relações humanas e no cumprimento de obrigações.
2	Empatia	Capacidade de compreender os sentimentos e perspectivas de outras pessoas, colocando-se em seu lugar.
3	Educação	Agir com cordialidade, respeito e amabilidade, promovendo boas relações baseadas no respeito mútuo.
4	Solidariedade	Demonstrar simpatia e atenção aos outros, valorizando e priorizando suas necessidades.

5	Amizade	Construir relações de proximidade e companheirismo entre as pessoas.
6	Paciência	Exercer calma e tranquilidade, respeitando o termo natural dos processos e acontecimentos.
7	Respeito	Compromisso com o outro, aceitando valores e princípios da sociedade.
8	Perseverança	Persistência moral para alcançar objetivos e superar desafios.
9	Responsabilidade	compromisso com as próprias ações e com o bem estar do próximo.
10	Amor	Manifestar respeito, compreensão e felicidades nas relações humanas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Todos esses valores contribuem para uma sociedade mais humana, justa e ética. A inclusão ocorre quando a pessoa com deficiência tem suas singularidades respeitadas, nesse processo de construção de uma sociedade inclusiva o modo de agir e falar são fundamentais.

No entanto, o profissional de apoio possui uma lacuna significativa na literatura e nas políticas educacionais sobre a atuação e qualificação específica necessária para esses profissionais. A falta de um perfil bem definido pode levar a uma variação considerável na qualidade do suporte oferecido.

3. Metodologia: escutando vozes e observando realidades

Para um melhor conhecimento da pesquisa é necessário que busque esse conhecimento através da pesquisa, pois é por meio da pesquisa que se investiga problemas e busca ser solucionado.

A pesquisa é muito importante, porque é um processo de investigação, onde o indivíduo tem de descobrir e aprender as relações entre os fatos, fenômenos e muitas situações que envolvem um determinado tema. Diante desse contexto, a pesquisa desenvolvida nesta investigação configura-se como uma pesquisa de campo, pois visa coletar dados diretamente no ambiente educacional, com o objetivo de analisar a atuação dos profissionais de apoio escolar no município de Pedras de Fogo, especificamente os que trabalham com estudantes com deficiência. A pesquisa de campo permite uma observação empírica, facilitando uma análise mais precisa da realidade local e a interação direta com os sujeitos da pesquisa. É por meio desse tipo de investigação que problemas e desafios são identificados, e soluções são propostas. Desse modo existe a pesquisa científica que é realizada de modo sistemático, com método e técnicas que vão ser dirigidas a encontrar um determinado conhecimento, e que seja conectado a uma realidade empírica (Rudio, 2007).

Para garantir a consistência e a validade científica desta pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa permite compreender a realidade através da percepção e interpretação dos sujeitos envolvidos, enfatizando aspectos subjetivos que não podem ser quantificados. Dessa forma, a investigação busca compreender a atuação dos profissionais de apoio escolar para estudantes com deficiência no município de Pedras de Fogo. A pesquisa descritiva permite identificar as características do fenômeno estudado (Gil, 2008), enquanto a pesquisa exploratória possibilita um aprofundamento no tema, permitindo uma maior familiarização com o problema investigado (Lakatos e Marconi, 2003). Assim, a metodologia aplicada neste estudo fundamenta-se na coleta e análise de dados a partir de diversas fontes documentais e empíricas. O universo da pesquisa compreende os profissionais de apoio escolar que atuam no município de Pedras de Fogo, tendo como principal critério de inclusão aqueles que desempenham atividades de suporte direto aos estudantes com deficiência. A seleção desse grupo está alinhada com a abordagem qualitativa, que prioriza a profundidade da análise em detrimento da abrangência numérica (Triviños, 1987).

Para compreender as discussões acadêmicas e os avanços na atuação de profissionais de apoio escolar envolveram procedimentos metodológicos que foram estruturados em três

etapas principais: *Coleta de dados bibliográficos e documentais*: Foram analisados documentos institucionais como as diretrizes da educação especial inclusiva do município, um levantamento bibliográfico nas bases de dados do Repositório Eletrônico Institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Revista de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Segundo Cellard (2008), a análise documental é uma ferramenta essencial para compreender as políticas e diretrizes que orientam a atuação desses profissionais.

Aplicação de questionários: Foi desenvolvido um questionário semiaberto direcionado aos profissionais de apoio escolar, permitindo captar percepções sobre suas práticas, desafios e perspectivas. O questionário foi realizado com 10 profissionais de apoio escolar do município de Pedras de Fogo. Além disso, foi realizado o questionário semiaberto com o responsável pela secretaria do município de Pedras de Fogo, cujo nome fictício é Gabriel. A abordagem escolhida baseia-se em Flick (2009), que destaca a importância dos questionários como instrumentos de coleta de dados qualitativos, garantindo maior flexibilidade na obtenção das respostas.

Análise a partir das perguntas dos questionários: Para tratar os dados coletados, utilizou-se a análise de sistemática proposta por Gil (2008), permitindo categorizar as informações e extrair significados relevantes para a discussão dos resultados. Esse método possibilita identificar padrões recorrentes nos discursos dos participantes e compreender as implicações para a atuação dos profissionais de apoio escolar.

Assim, a metodologia adotada possibilitou um olhar aprofundado sobre a realidade desses profissionais no contexto da inclusão escolar, contribuindo para a compreensão crítica e reflexiva sobre o tema. Portanto, a pesquisa de campo possibilitou uma aproximação com o contexto social dos profissionais de apoio no município de Pedras de Fogo, contribuindo para uma atuação adequada com inclusão, ética e equidade.

3.1 Estado da Arte

Para nós pesquisadores é importante a análise de dados sobre essa temática abordada para o aprofundamento do repertório que já foi pesquisado por outras pessoas. Para a busca desses conhecimentos, utilizamos a base de dados do Repositório Eletrônico Institucional (REI) da universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde estão disponibilizados os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Dissertação de Mestrado e Teses de Doutorado. Procuramos, no entanto, por Trabalhos de Conclusão de Curso dos últimos cinco anos, do Centro de Educação (CE), referentes aos cursos de Pedagogia e Pedagogia (Virtual), com a temática voltada para as palavras: Inclusão; Profissional de apoio; Deficiência. Deste modo elaboramos o (Quadro4):

Quadro 4: Repositório Eletrônico Institucional da UFPB - Trabalho de Conclusão de Curso referentes aos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.

Assunto: Inclusão; Profissional de apoio; Deficiência.				
Ano	Título	Autor	Tipo de produção acadêmica (TCC, dissertação ou tese)	Objetivo geral
2020	Educação inclusiva: caminhos possíveis na educação regular	Íngride Gabriela Pereira da Silva	TCC	Compreender caminhos possíveis na educação regular.
	Inclusão escolar: um olhar sobre a dislexia e o papel	Janyly Gadelha de Lima	TCC	analisar como os contextos educacionais e legais tratam a questão da educação inclusiva e

	da escola			o papel da escola nesse processo.
2021	Inclusão social na educação	Renata Freire Duarte	TCC	A importância da inclusão na educação por meio de uma pesquisa sobre a história da inclusão e da educação especial nas escolas, buscando compreender toda a sua trajetória e influências para a prática inclusiva no cotidiano escolar, também como as conquistas alcançadas pelas crianças com deficiências nas dificuldades ainda encontradas em sua trajetória escolar.
	O capacitismo e seus desdobramentos no ambiente escolar	Vanessa Castro Alves de Souza	TCC	Identificar discursos e atitudes capacitistas rotineiramente vivenciadas em uma escola pública no município de João Pessoa - Paraíba.
2022	A importância da afetividade entre professor e aluno diante do processo de inclusão educacional	Anna Beatriz Pereira Mendes	TCC	Analisar de que modo a afetividade pode contribuir com o processo de inclusão educacional de crianças com deficiência a partir de estudos brasileiros publicados em base de dados como CAPES, Scielo, Revista Brasileira de Educação Especial, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações.

2023	As contribuições da afetividade no processo de inclusão e aprendizagem do estudante com deficiência	Djade Myrna Barros Lima dos Santos	TCC	Analisar contribuições da afetividade no processo de inclusão e aprendizagem do estudante com deficiência.
------	---	------------------------------------	-----	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Além da pesquisa realizada no Repositório Eletrônico Institucional (REI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi utilizado como ferramenta Revista de Educação Especial (UFSE), onde estão disponibilizando artigos. Procuramos, no entanto, artigos nos últimos cinco anos, com a temática voltada para as palavras: Inclusão; Profissional de Apoio; Deficiência. Deste modo, elaboramos o (Quadro 5):

Quadro 5: Revista Educação Especial UFSE - Publicações referentes aos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.

Assunto: Inclusão; Profissional de apoio; Deficiência.				
Ano	Título	Autor	Tipo de Produção acadêmica	Objetivo geral
2023	Barreiras atitudinais: discutindo inclusão no cotidiano escolar através do combate ao capacitismo	Giselle Cristina Menezes dos Santos, Paola Portugal Barbosa	Artigo - Relato de Pesquisa	Discutir barreiras atitudinais no processo de inclusão escolar das crianças com deficiência, inseridas em turma regular do Ensino Fundamental I. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica e preliminar de pesquisa, amparada nas orientações da Resolução

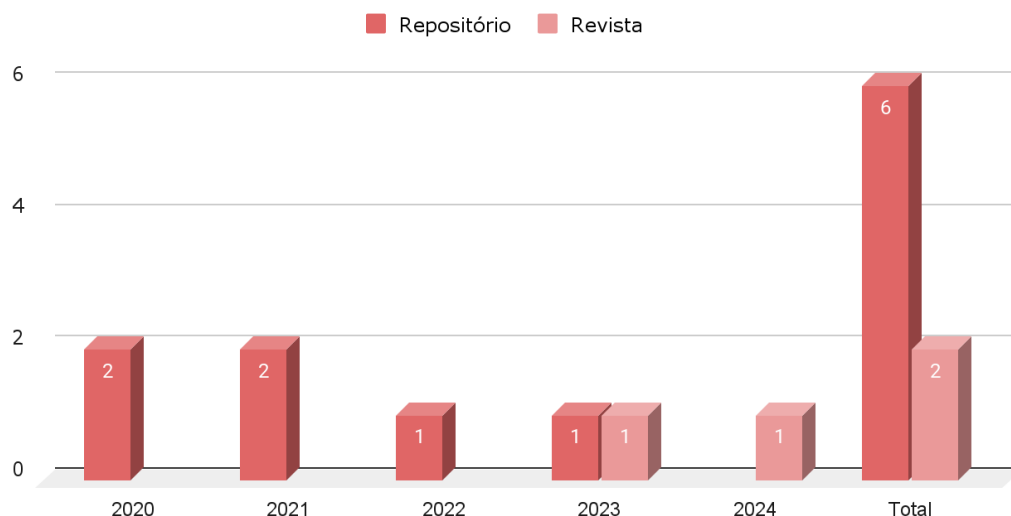
		dos Santos, Gizelle Abreu Marques Soares Príncipe, Rosa Valim, Veronica Eloi de Almeida		510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).
2024	Práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular em colaboração com a educação especial	Isnary Silva, Betania Jacob Stange Lopes, Silvia Quadros	Artigo - Relato de pesquisa	Analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do ensino regular em colaboração com os professores da educação especial, práticas essas consideradas inclusivas e que contribuem para a qualidade no processo de aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Através do levantamento bibliográfico percebe-se a escassez de publicações que discutem sobre a atuação do profissional de apoio dentro do ambiente escolar, tendo em vista que, a importância deste profissional na sala de aula para efetivação do direito pleno da criança de suporte para que possa exercer suas atividades na sala de aula. Portanto, buscando uma melhor visibilidade do quantitativo de publicações que discutem sobre este tema, demonstraremos no (Gráfico 1):

Gráfico 1: Publicações no período entre 2020-2024

Repositório da Universidade Federal da Paraíba e Revista de Educação Especial (UFSM)- Publicações no período entre 2020-2024



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Por meio desta buscando Repositório da Universidade Federal da Paraíba, foram encontrados seis TCCs, sendo, dois do ano de 2020, dois do ano de 2021, um do ano de 2022, um do ano de 2023 e por fim, zero trabalho no ano de 2024. Ademais, através da pesquisa na revista de Educação Especial UFSM, foram encontrados dois artigos, sendo zero no ano de 2020, zero no ano de 2021, zero no ano de 2022, um do no ano de 2023 e um no ano de 2024. Analisando os dados coletados a pesquisa relacionada a inclusão da pessoa com deficiência têm se ampliado no decorrer dos anos considerando que as políticas públicas de inclusão foram implementadas recentemente comparadas aos outros movimentos sociais.

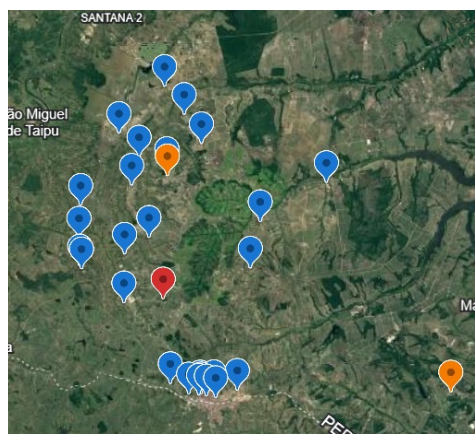
A autora Silva (2020), afirma que para acontecer a inclusão da pessoa com deficiência na educação é necessário que seja acessível a esses alunos. Nessa mesma linha, Freire (2021) ressalta que a inclusão é um impulso social permanente e que não deve ser deixado de lado (2021, p.31), com isso, sabemos que a inclusão é um processo contínuo, amplo, desafiador e que estará sempre em desenvolvimento.

No entanto, as pesquisas acerca da atuação dos profissionais de apoio não são discutidas a partir do levantamento no Repositório da Universidade Federal da Paraíba e na Revista Educação Especial, demonstrando uma clara insuficiência nos estudos acerca desta temática. Este déficit na literatura evidencia a necessidade de aprofundar a pesquisa e aumentar a produção acadêmica na área para proporcionar uma base mais sólida para a atuação e desenvolvimento desses profissionais.

4. Análise em foco: olhares e desafios do profissional de apoio escolar

A pesquisa foi aplicada no município de Pedras de Fogo com o intuito de mapear o perfil formativo dos profissionais de apoio escolar, as funções desempenhadas e identificar as diferentes concepções dos profissionais a respeito da presença de estudantes com deficiência. Portanto, é necessário conhecermos o município em que a pesquisa foi aplicada, de acordo com o Censo do IBGE de 2022, a população de Pedras de Fogo-PB era de 29.662 habitantes, sua densidade demográfica era de 72,93 habitantes por quilômetro quadrado. Localização das instituições de ensino de Pedras de Fogo de acordo com a (Figura 8):

Figura 8: Instituições de ensino do município de Pedras de Fogo-PB



Fonte: Elaborada pela autora no Google Earth (2025). Disponível em:

Imagem de satélite com um mapa da região do município de Pedras de Fogo, na Paraíba. Sobre o mapa, há marcadores coloridos indicando a localização de escolas municipais, conforme levantamento da Secretaria de Educação.

Ao todo, há 29 marcadores distribuídos pelo mapa:

27 marcadores azuis, representando as escolas que estão corretamente localizadas no mapa. 2 marcadores laranjas, que indicam escolas com localizações imprecisas. 1 marcador vermelho, referente à Escola Municipal Manoel Pereira de Pontes, que não foi citada pelo Gabriel (nome fictício), integrante da Secretaria de Educação do município.

A maioria dos marcadores azuis está concentrada na parte sul do mapa, enquanto os laranjas estão mais afastados, um a nordeste e outro a sudoeste. O marcador vermelho aparece isolado próximo ao centro-sul do mapa. O fundo da imagem mostra uma área predominantemente rural, com manchas verdes de vegetação e traçados de estradas e rios.

<https://earth.google.com/web/data=MkEKPwo9CiExTDMyMnRJRHBnaEdFWFlyQnZxRIBLY3lOSXlRTGtuTmUSFgoUMEE0NDY5MzJENzM2QzIGMDIEMjcgAUICCABKCAjRzOO3BBAB>

A partir do mapa, é possível identificar as escolas no município de Pedras de Fogo. As escolas localizadas corretamente no mapa estão demarcadas na cor azul. As escolas com localização imprecisa são indicadas em laranja, enquanto a escola não mencionada por Gabriel (nome fictício), integrante da Secretaria de Educação do município, é marcada em vermelho. Foram encontradas no mapa 29 escolas, porém duas com localizações imprecisas, 27 escolas com localização demarcada corretamente e a Escola Municipal Manoel Pereira de Pontes não foi citada pelo responsável.

A pesquisa buscou a partir da coleta de dados observar o perfil do profissional de apoio escolar e seus reais desafios no âmbito escolar, foi realizado um questionário semiaberto no Google forms com os profissionais de apoio e com a secretária do município de Pedras de Fogo. Em respeito à privacidade desses profissionais, os nomes apontados são fictícios, no entanto, essa pesquisa preza pela originalidade das falas dos participantes, não havendo cortes e/ou correções ortográficas.

O questionário aplicado com Gabriel teve a seguinte estrutura de acordo com o (Quadro 6):

Quadro 6: Questionário semiaberto aplicado com o responsável pela secretaria do município

Perguntas:	Respostas:
Quantos alunos com deficiência estão matriculados no município de Pedras de Fogo?	233
Qual é o número de profissionais de apoio escolar?	85
Quantos professores especializados em Educação Especial existem no município?	10
Quantas instituições de ensino tem no município?	29
Quais são os nomes das instituições de ensino?	Colégio Municipal Waldecyr Cavalcanti de Araújo Pereira, Creche Municipal Julieta Pedrosa Ribeiro da Costa (Und. I), Creche Municipal Julieta Pedrosa Ribeiro da Costa (Unid.II), Escola Mul. de Educ. Inf. José Antonio Bezerra de Menezes, Escola Municipal Ivoneide Romão de Andrade, Escola Municipal Dulcinete Nunes de Medeiros, Escola Municipal Eptácio Pessoa, Escola Municipal Jacira de Souza

	César, Escola Municipal Antonio César de Carvalho, Escola Municipal Antonio Francisco da Silva, Escola Municipal Aprígio José da Silva, Escola Municipal Edgar Guedes da Silva, Escola Municipal Ernani Bezerra de Menezes, Escola Municipal Henrique Ferreira da Silva, Escola Municipal João Alexandre da Silva, Escola Municipal João José da Silva, Escola Municipal Joaquim Ferreira Barros, Escola Municipal José Amaro Cordeiro, Escola Municipal José de Anchieta, Escola Municipal José Francisco da Silva, Escola Municipal Maria da Conceição, Escola Municipal Pedro Olímpio Bento, Escola Municipal Samuel Costa de Lima, Escola Municipal Sebastião de França, Escola Municipal Severina Adelino Barbosa, Escola Municipal Severino da Silva Madruga, Escola Municipal Severino Telécio da Silva, Escola Municipal Maria Umbelina da Conceição, Escola em Tempo Integral.
Quantas salas de atendimento educacional especializado (AEE) estão disponíveis?	8 salas, o funcionamento das escolas que não tem a sala de recursos são encaminhadas para uma outra próxima a residência do aluno.
Quais são os documentos legais que regem a educação especial no município de Pedras de Fogo?	Documento: Diretrizes da Educação especial inclusiva no município de Pedras de Fogo.
O município oferece alguma formação específica para o profissional de apoio escolar?	Sim! Especificamente no ano de 2025 o planejamentos formativos devem acontecer pelo menos 1 vez a cada dois meses.
De que forma essa formação é estruturada?	A formação tem como objetivo proporcionar reflexões e oferecer suporte integral aos profissionais de apoio, colocando no centro do debate o entendimento das deficiências e das diversas atipicidades presentes no público-alvo da educação especial inclusiva. Além disso, busca ampliar a compreensão sobre as Políticas Nacionais de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, esclarecer dúvidas e orientar sobre estratégias de manejo adequadas para os alunos atendidos. Por fim, as formações também promovem reflexões sobre a

	importância do respeito e da construção de uma educação de qualidade, fundamentada na garantia dos direitos essenciais da pessoa com deficiência.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Nas diretrizes da educação especial inclusiva no município de Pedras de Fogo fornecida por Gabriel nome fictício do responsável da secretaria de educação do município que disponibilizou as informações para o questionário, considera os alunos público alvo da educação especial com base no Pnee Política Nacional de Educação Especial.

Na adaptação do currículo acontece quando se fizer necessário, para os estudantes da educação especial, implica no planejamento das ações pedagógicas dos docentes de forma a possibilitar:

variações nos objetivos, conteúdos, metodologia, atividades, avaliação e na temporalidade do processo de aprendizagem dos alunos a partir de modificações ou provisão de recursos espaciais, materiais, pessoais ou de comunicação que auxiliem no desenvolvimento dos alunos. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, s/d)

Essa adaptação no currículo precisa seguir o tema do projeto político pedagógico de 2025 que é “construindo caminhos para a alfabetização e o letramento” este projeto acontece de forma integral para as escolas do município. As salas de Recursos Multifuncionais (SRM), as salas têm a função de oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno ao ensino regular, não isentando o aluno da frequência à classe comum, porém para que aconteça o atendimento é necessário o encaminhamento dos alunos à SRM avaliado pelo professor da classe comum, seguindo alguns procedimentos:

- Laudo médico, no caso de deficiências auditiva/surdez, intelectual física, motora, visual, surdocegueira, transtorno do espectro autista e deficiência múltipla e múltipla sensorial;
- Avaliação pedagógica e psicológica, realizadas por professor especializado e equipe multiprofissional, em caso da ausência do laudo. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, s/d)

A organização do atendimento educacional especializado em SRM:

- O atendimento será realizado em sessões com duração de 50 minutos, duas vezes por semana, a depender da demanda de cada escola.

- O atendimento deverá ser realizado em sessões com, no máximo, 03 (três) alunos, agrupados por dificuldades comuns, ou individuais, caso se faça necessário.
- O aluno deverá frequentar a sala de recursos durante o tempo que for necessário, seguindo programa elaborado pelo professor da sala de recurso multifuncional sob supervisão da equipe pedagógica da escola.
- O AEE para estudantes surdos deverá seguir três etapas: AEE em Libras onde todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares devem ser ministrados em Libras por um professor, preferencialmente, surdo; AEE para o ensino de Libras a partir dos conteúdos curriculares; AEE para o ensino do português como segunda língua na modalidade escrita.
- Nas salas de recursos deverá ser mantido registro individual das atividades dos alunos que a frequentarem. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, s/d)

Os profissionais de apoio escolar definidos pelas diretrizes do município estão de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 3º, Inciso XIII, o profissional de apoio escolar é a pessoa que deverá exercer:

Atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015).

Os profissionais intérprete de libras educacional de acordo com a Lei Nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, Art. 6º, que regulamenta a profissão dos tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, esse profissional é a pessoa que deverá:

- I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- IV - Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas (BRASIL, 2019).

Em caso de necessidade dos profissionais de apoio escolar, as escolas da rede municipal de ensino deverão solicitar junto com a secretaria de educação do município através de um ofício, constando em anexo o laudo médico.

O responsável Gabriel, informa que o município conta com 29 escolas. A quantidade de alunos com deficiência no município é de 233, o atendimento na Sala de Recursos

Multifuncionais são ofertadas em 8 salas, porém os profissionais especializados para disponibilizar o atendimento são 10, o responsável não informa a quantidade de alunos com deficiência que precisam do profissional de apoio escolar. Portanto, Gabriel apresenta que “o funcionamento das escolas que não tem a sala de recursos é encaminhado para uma outra próxima à residência do aluno”, não explicando se há um transporte oferecido pela prefeitura para a locomoção destes alunos para a Sala de Recursos Multifuncionais.

No questionário buscamos investigar se é disponibilizada uma formação para os profissionais de apoio escolar, Gabriel esclarece que “Sim! Especificamente no ano de 2025 os planejamentos formativos devem acontecer pelo menos 1 vez a cada dois meses”.

Além disso, questionamos de que forma é estruturada essa formação, Gabriel responde:

A formação tem como objetivo proporcionar reflexões e oferecer suporte integral aos profissionais de apoio, colocando no centro do debate o entendimento das deficiências e das diversas atipicidades presentes no público-alvo da educação especial inclusiva. Além disso, busca ampliar a compreensão sobre as Políticas Nacionais de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, esclarecer dúvidas e orientar sobre estratégias de manejo adequadas para os alunos atendidos. Por fim, as formações também promovem reflexões sobre a importância do respeito e da construção de uma educação de qualidade, fundamentada na garantia dos direitos essenciais da pessoa com deficiência. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2025, p. 3, questionário aplicado pela autora)

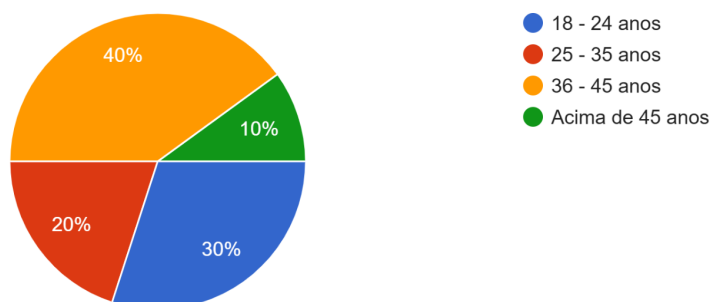
Para compreendermos a realidade do município observamos o censo do ano de 2021, em que apresenta que a quantidade de alunos matriculados foi de 6.434, considerando a quantidade de alunos matriculados deste ano com a quantidade de alunos com deficiência que são 233, fizemos o cálculo de porcentagem o qual constatou que 3,62% destes matriculados são alunos com deficiência. Portanto, ao analisarmos a quantidade de escolas constatamos que existem 29 escolas, porém existem apenas 8 Salas de Recursos Multifuncionais, ao qual calculado na porcentagem informa 28,57% das escolas tem atendimento educacional especializado, isso implica em um número insuficiente de espaços especializados para o atendimento destes alunos com deficiência, além disso, o responsável não informa se há transporte disponibilizado para o atendimento destes alunos. O impacto na insuficiência das Salas de Recursos Multifuncionais afeta na efetivação da política pública de inclusão da pessoa com deficiência.

Os profissionais de apoio escolar são essenciais para a inclusão efetiva dos alunos com deficiência. Com o objetivo de compreender o perfil desses profissionais, foi realizada uma pesquisa de campo de natureza qualitativa e exploratória. Para isso, aplicamos um questionário, e conseguimos aplicar a pesquisa com 10 profissionais de apoio escolar. A pesquisa abrangeu diferentes aspectos do perfil desses profissionais, e os resultados serão apresentados por meio de gráficos e tabelas, com base nas seguintes questões (Gráfico 2), (Gráfico 3), (Gráfico 4), (Gráfico 5), (Gráfico 6), (Gráfico 7), (Gráfico 8), (Gráfico 9), (Gráfico 10), (Quadro 7) e (Quadro 8).

Gráfico 2: Faixa etária

2. QUAL SUA FAIXA ETÁRIA?

10 respostas



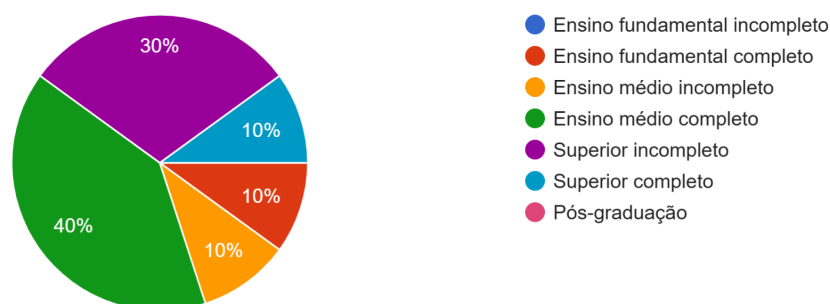
Fonte: elaborado pela autora (2025)

Com base nos dados apresentados no gráfico sobre a faixa etária dos profissionais de apoio escolar que participaram da pesquisa, observa-se que a maioria dos respondentes (40%) está na faixa de 36 a 45 anos, indicando a predominância de profissionais com maior experiência de vida. Em seguida, destaca-se a presença de jovens com idades entre 18 e 24 anos (30%), que demonstra a inserção de indivíduos em início de carreira e que podem estar em processo de formação. A faixa etária de 25 a 35 anos corresponde a 20% dos participantes, enquanto apenas 10% possuem mais de 45 anos. Tal cenário reforça a importância da formação para todos os profissionais de apoio, independentemente da idade, visando ao fortalecimento de práticas inclusivas e ao aperfeiçoamento da atuação junto aos estudantes com deficiência.

Gráfico 3: Nível de escolaridade

3. NÍVEL DE ESCOLARIEDADE?

10 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2025)

Em relação ao nível de escolaridade dos profissionais de apoio escolar questionados, observa-se que 40% possuem ensino médio completo, representando o maior grupo entre os participantes. Um dado positivo é o fato de 30% declararam ter formação em nível de pós-graduação, o que indica uma busca por qualificação mesmo não necessariamente na área da educacional. Por outro lado, chama atenção que 30% dos respondentes apresentem níveis de escolaridade inferiores ao ensino médio completo, sendo 10% com ensino fundamental incompleto, 10% com ensino fundamental completo e outros 10% com ensino médio incompleto. Essa distribuição revela uma realidade marcada pela heterogeneidade formativa, onde coexistem profissionais com qualificação avançada e outros com baixa escolarização. Tal cenário evidencia a urgência de políticas públicas que garantam formação inicial e continuada, bem como critérios mais claros para o ingresso e a valorização da função. A atuação do profissional de apoio escolar demanda não apenas sensibilidade, mas também conhecimento técnico e pedagógico que possibilite um acompanhamento efetivo e ético dos estudantes com deficiência.

Gráfico 4: Vínculo com a prefeitura

4. QUAL O SEU VÍNCULO COM A PREFEITURA?

10 respostas



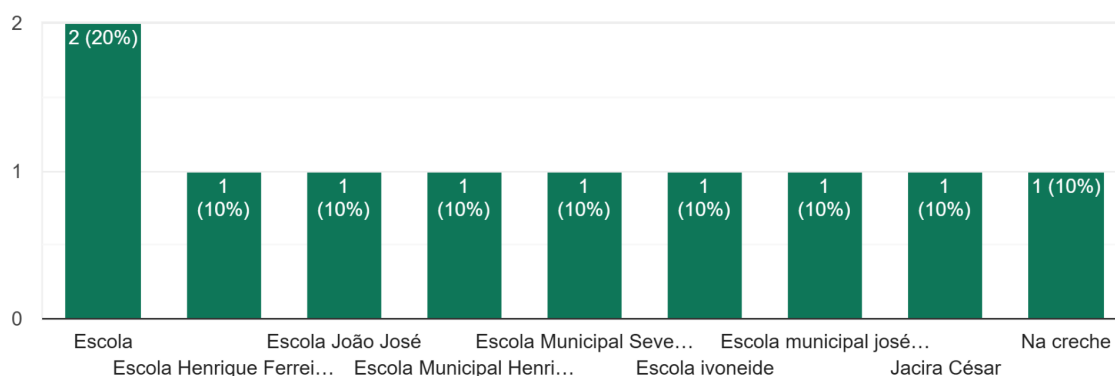
Fonte: elaborado pela autora (2025)

No que diz respeito ao vínculo dos profissionais de apoio escolar com a prefeitura de Pedras de Fogo/PB, os dados apontam que 100% dos participantes atuam sob regime de contrato. Isso significa que não há profissionais concursados nem com vínculo temporário diferente do contrato firmado com o município. Essa realidade revela uma precarização das relações de trabalho no âmbito da educação especial, uma vez que o contrato, geralmente, implica falta de estabilidade, baixa remuneração, ausência de direitos trabalhistas consolidados e vulnerabilidade diante de mudanças políticas ou administrativas. Além disso, a ausência de servidores efetivos nessa função compromete a continuidade do trabalho pedagógico, especialmente no atendimento a estudantes com deficiência, que demandam vínculo, confiança e acompanhamento constante.

Gráfico 5: Instituição educacional em que trabalha

5. INSTITUIÇÃO(ÕES) EDUCACIONAL EM QUE TRABALHA?

10 respostas



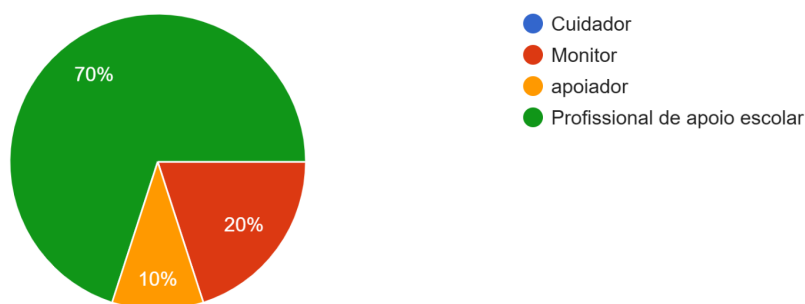
Fonte: elaborado pela autora (2025)

Em relação às instituições educacionais onde os profissionais de apoio escolar desenvolvem suas atividades, observa-se uma distribuição diversificada entre as unidades da rede municipal de ensino de Pedras de Fogo/PB. O gráfico mostra que os profissionais estão alocados em diferentes escolas e uma creche, sem concentração expressiva em uma única instituição. Observa-se a necessidade de ampliar o número de profissionais de apoio escolar tendo em vista que este profissional trabalha não apenas dentro do ambiente escolar, mas também no transporte escolar.

Gráfico 6: função do profissional de apoio escolar desempenhada na instituição.

6. QUAL SUA FUNÇÃO NA ESCOLA?

10 respostas



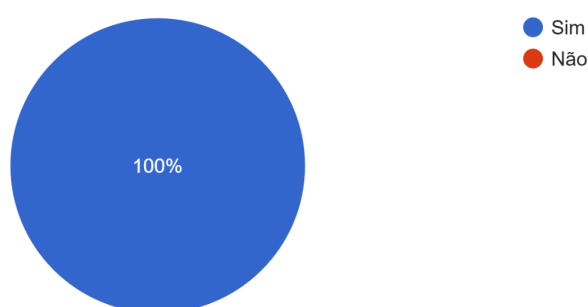
Fonte: elaborado pela autora (2025)

Dos 10 participantes da pesquisa, 70% se identificaram como profissionais de apoio escolar, evidenciando que esta é a função predominante nas escolas do município. No entanto, ainda há registros do uso de outras nomenclaturas como monitor (20%) e cuidador (10%), o que revela uma possível falta de uniformidade na designação dos cargos. Essa variedade terminológica pode dificultar a clareza sobre as atribuições específicas de cada profissional, refletindo um desafio recorrente da falta de conhecimento sobre o terminologia correta de acordo com as políticas públicas de inclusão.

Gráfico 7: Os profissionais de apoio escolar participaram de alguma formação específica sobre o tema inclusão de alunos com deficiência

7. PARTICIPOU DE ALGUMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE O TEMA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?

10 respostas



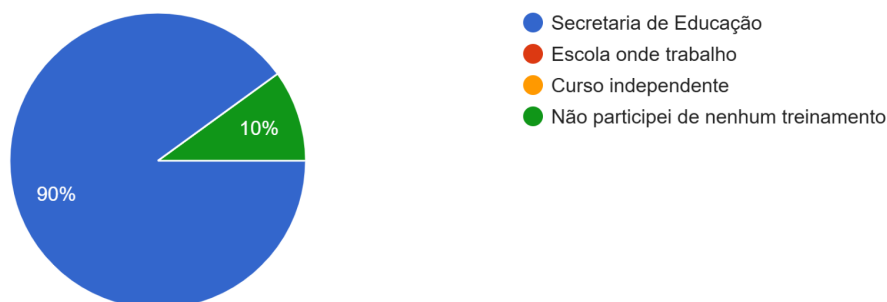
Fonte: elaborado pela autora (2025)

Em relação à formação sobre inclusão, todos os 10 profissionais afirmaram já ter participado de algum tipo de capacitação específica voltada ao atendimento de alunos com deficiência. Esse resultado demonstra uma importante valorização da formação continuada por parte dos profissionais, bem como uma possível iniciativa da rede municipal de ensino em oferecer subsídios para o trabalho com a inclusão.

Gráfico 8: O treinamento oferecido

8. CASO TENHA PARTICIPADO, O TREINAMENTO FOI OFERECIDO POR:

10 respostas



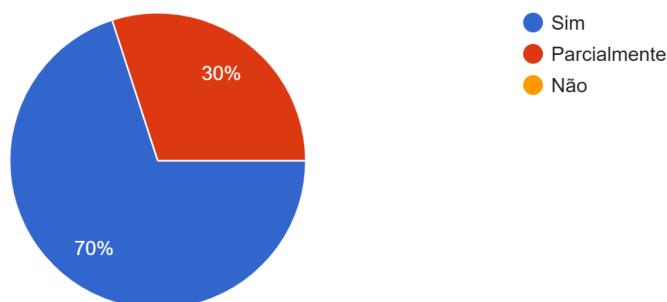
Fonte: elaborado pela autora (2025)

Em relação à origem da formação recebida, 90% dos participantes informaram que o treinamento foi promovido pela Secretaria de Educação, demonstrando o papel central do poder público municipal na qualificação dos profissionais de apoio escolar para atuarem com alunos com deficiência. Nenhum dos respondentes apontou a própria escola ou cursos independentes como fontes de formação, o que revela uma possível ausência de iniciativas descentralizadas ou individuais. Curiosamente, um participante declarou não ter participado de nenhum treinamento, o que contradiz a resposta anterior do gráfico 7, na qual 100% afirmaram ter recebido formação. Tal discrepância pode indicar falha de interpretação por parte do respondente ou ambiguidade na compreensão do que se entende por “formação”, aspecto que será discutido nas limitações da pesquisa.

Gráfico 9: Sente-se preparado para lidar com alunos com deficiência

9. SENTE-SE PREPARADO PARA LIDAR COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?

10 respostas



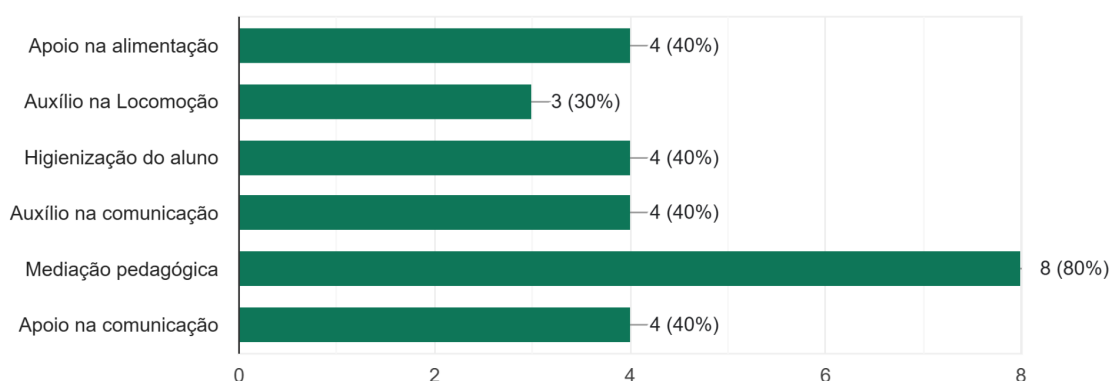
Fonte: elaborado pela autora (2025)

Quando questionados sobre o nível de preparo para lidar com alunos com deficiência, 70% dos profissionais afirmaram sentir-se preparados, enquanto 30% se declararam parcialmente preparados. É significativo que nenhum dos participantes tenha se declarado totalmente despreparado, o que pode ser um reflexo direto das formações oferecidas pela Secretaria de Educação e da prática adquirida nas escolas. Ainda assim, o fato de parte dos profissionais não se sentirem plenamente confiantes demonstra a necessidade de investimentos contínuos em formação e acompanhamento, especialmente considerando os diversos tipos de deficiência e as demandas específicas de cada aluno.

Gráfico 10: Atividades que os profissionais de apoio escolar realizam no dia a dia

10. QUAIS ATIVIDADES VOCÊ REALIZA NO SEU DIA A DIA NO TRABALHO?

10 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2025)

Quanto às atividades realizadas no cotidiano de trabalho, os dados revelam que a mediação pedagógica é a função mais desempenhada entre os profissionais, com 80% das respostas, destacando seu envolvimento direto com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência. Outras funções, como apoio na alimentação, higienização, auxílio na comunicação e apoio na comunicação, apareceram com 40% das respostas cada, enquanto auxílio na locomoção foi mencionada por 30% dos participantes. Esses dados evidenciam a atuação multidimensional dos profissionais de apoio, que lidam tanto com aspectos pedagógicos quanto com cuidados pessoais. Contudo, é importante destacar que a função dos profissionais de apoio escolar não é assumir o papel do professor, mas sim auxiliar o

estudante no desenvolvimento das atividades educacionais, garantindo que ele consiga acompanhar as propostas pedagógicas com maior autonomia e dignidade. A mediação pedagógica, portanto, deve ser entendida como uma ação de suporte ao processo de ensino-aprendizagem, sempre em parceria com o docente responsável.

Quadro 7: A importância do trabalho do profissional de apoio na escola

NA SUA OPINIÃO QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO QUE VOCÊ DESEMPENHA NA ESCOLA?
O profissionais de apoio tem suas importância pois ele os ajudam com auxílio pedagógico ida a banheiro auxílio na alimentação.
No trabalho desempenho um papel fundamental na vida social, tendo a oportunidade de interagir e ter um suporte social, também uma fonte de realização pessoal e profissional.
Muito bom, pois me sinto muito feliz em sabe que posso ajuda no desenvolvimento de cada aluno
O cuidar, atenção, amor e carinho 
Creio que importante, pois estou auxiliando juntamente com os professores a aprendizagem dos alunos os quais estou designada a cuidar.
Grande Importância, visto que a função auxilia tanto em sala de aula, como externamente, em papéis administrativos/pedagógicos
Proporciono um ambiente de interação mais inclusivo sendo ponte entre o aluno surdo e o aluno ouvinte
O processo da maior importância é fundamental para garantir condições dignas de trabalho, bem como um ensino de qualidade e o desenvolvimento integral dos estudantes. Afinal, é com professores, funcionários e comunidade escolar que as crianças e adolescentes compartilham boa parte de seu cotidiano nos anos entre a Educação Infantil. É também quando se fortalecem enquanto sujeitos para além da família e se inserem cada vez mais na sociedade.
De muita importância.pois as professoras precisam desse apoio e as crianças com

deficiência precisam de uma atenção maior q nem sempre o professor pode dá.

nenhum pois eu sou uma simples monitora como a professora falou e não tenho papel importante
--

Fonte: elaborado pela autora (2025)

A partir da análise qualitativa das respostas obtidas por meio da pergunta aberta, observa-se que a maioria dos profissionais de apoio escolar compreende sua função como fundamental no contexto da educação inclusiva. Os relatos evidenciam que o trabalho desenvolvido por esses profissionais vai além do cuidado físico, sendo também pedagógico, emocional e social. Muitos dos participantes relatam que suas atividades diárias incluem apoio na alimentação, higiene, locomoção, comunicação e, especialmente, na mediação pedagógica. Esse tipo de atuação demonstra o papel multifuncional desses trabalhadores no suporte à aprendizagem de alunos com deficiência. Em uma das falas, destaca-se: “Proporciono um ambiente de interação mais inclusivo, sendo ponte entre o aluno surdo e o aluno ouvinte”, o que indica uma importante contribuição para a promoção da inclusão e da acessibilidade no ambiente escolar.

Além do aspecto técnico do trabalho, foi possível identificar nas respostas a presença de uma dimensão afetiva, que reflete o vínculo emocional estabelecido com os estudantes. Os depoimentos demonstram um sentimento de realização pessoal e profissional ao contribuir com o desenvolvimento dos alunos, o que reforça a importância da valorização desses profissionais no contexto escolar. Contudo, também foi registrada uma resposta que revela sentimento de desvalorização. Ao afirmar que “não tem papel importante” por ser “uma simples monitora”, a profissional evidencia a existência de uma possível hierarquização ou invisibilização de sua atuação por parte da equipe pedagógica. Esse dado sugere a necessidade de ações institucionais voltadas à valorização e ao reconhecimento do papel dos profissionais de apoio escolar.

Por fim, ressalta-se que a função desses profissionais não deve ser confundida com a de professores. Sua principal atribuição é a de auxiliar o aluno nas atividades educacionais, garantindo condições adequadas de participação e aprendizado, sem que isso implique assumir responsabilidades pedagógicas exclusivas do docente.

Quadro 8: Descrição de um desafio enfrentado pelos profissionais de apoio escolar

Descreva um desafio que você como profissional de apoio escolar enfrentou:
O maior desafio é com os pais
Meu maior desafio é quando a criança está com um pouco agressivo e não quer realizar as tarefas.
Não tive nenhum.
Coragem, já me bateram mais entendo e não desisto, porque são crianças que precisa dos meus cuidados eu amo trabalhar com crianças ♥
Um desafio que encontrei foi a dificuldade de comunicação com aluno apoiado, pois ele não falava e era difícil identificar o que ele queria
Falta de reconhecimento, visto que muitas vezes, o professor(a) recebe todo mérito enquanto o profissional de apoio, fica em segundo plano ou as vezes nem é reconhecido.
Falta de atividades adaptadas
Cerca de 2 anos com um aluno agressivo para mim foi o maior desafio da minha carreira onde fui agredida fisicamente.
Lidar com a dificuldade da criança
ate agora nenhum

Fonte: elaborado pela autora (2025)

As respostas obtidas por meio da pergunta aberta revelam que os profissionais de apoio escolar enfrentam uma variedade de desafios no cotidiano de suas funções, os quais envolvem aspectos emocionais, interpessoais, pedagógicos e estruturais dentro do ambiente escolar. Entre os principais desafios relatados, destaca-se a dificuldade em lidar com comportamentos agressivos de alunos com deficiência. Mais de um profissional relatou já ter sido agredido fisicamente, o que demonstra a complexidade das situações enfrentadas no exercício de suas funções. Um dos respondentes afirma: “Coragem, já me bateram, mas entendo e não desisto, porque são crianças que precisam dos meus cuidados. Eu amo trabalhar com crianças”. Esse relato, além de evidenciar o desafio, também demonstra a resiliência e o compromisso afetivo que muitos profissionais estabelecem com os alunos.

Outro aspecto mencionado foi a falta de comunicação verbal com o aluno apoiado, dificultando a identificação de suas necessidades. Isso indica a importância de que os profissionais tenham acesso a formações específicas sobre estratégias alternativas de comunicação, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), Comunicação Aumentativa Alternativa ou sistemas de pistas visuais.

A falta de reconhecimento profissional também aparece como um desafio relevante. Um participante destaca que, muitas vezes, os méritos são direcionados exclusivamente ao professor, enquanto o profissional de apoio é invisibilizado: “Falta de reconhecimento, visto que muitas vezes o(a) professor(a) recebe todo mérito enquanto o profissional de apoio fica em segundo plano ou às vezes nem é reconhecido”. Essa percepção pode afetar a autoestima profissional e reforça a necessidade de valorização institucional dessa categoria. Também foram citados obstáculos relacionados à falta de atividades adaptadas, o que dificulta a inclusão dos alunos que têm deficiências.

Essa limitação aponta para a importância de um trabalho conjunto entre professores, equipe pedagógica e profissionais de apoio, visando à adequação curricular que respeite as singularidades dos estudantes. Outros relatos mencionaram desafios com pais dos alunos e com as dificuldades de aprendizagem das próprias crianças, demonstrando que o apoio prestado pelo profissional vai além da mediação física e envolve também aspectos emocionais e comunicacionais, tanto com os alunos quanto com suas famílias. É relevante observar que dois participantes afirmaram não ter enfrentado nenhum desafio, o que pode estar relacionado ao tempo de experiência, ao perfil dos alunos com os quais atuam ou à ausência de situações mais complexas em sua trajetória profissional até o momento.

Em síntese, os desafios relatados evidenciam a complexidade da atuação dos profissionais de apoio escolar e reforçam a necessidade de formação continuada, apoio institucional e reconhecimento do papel que desempenham. Tais desafios, quando não enfrentados com suporte adequado, podem comprometer não apenas o bem-estar do profissional, mas também a qualidade do processo de inclusão e aprendizagem dos alunos com deficiência.

A formação e capacitação desses profissionais segundo Gabriel, demonstra que têm um planejamento para que aconteça a cada dois meses, mas não apresenta uma estrutura clara sobre a capacitação contínua desses profissionais, além disso, deveria ocorrer uma formação posterior ao início do ano letivo, visto que, muitos profissionais são contratados temporariamente. Através dos relatos dos profissionais podemos perceber que a falta de

formação específica foi mencionada como um fator que pode impactar a qualidade do trabalho desenvolvido.

5. Conclusão

A atuação dos profissionais de apoio escolar é um elemento essencial para a efetiva inclusão de estudantes com deficiência no sistema educacional. A pesquisa realizada evidenciou que esses profissionais desempenham um papel fundamental no suporte aos alunos, facilitando sua participação nas atividades escolares e promovendo sua autonomia. No entanto, desafios significativos foram identificados, como a falta de formação específica, o baixo reconhecimento profissional e dificuldades na interação com alunos e seus familiares.

As políticas públicas são fundamentais para garantir não apenas a existência desses profissionais dentro do ambiente escolar, mas também para assegurar sua adequada capacitação e valorização. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e outras normativas estabelecem diretrizes importantes, mas a realidade indica que sua implementação ainda enfrenta obstáculos, especialmente no que diz respeito à formação contínua e ao suporte institucional.

Com base nos dados coletados e nas percepções dos profissionais de apoio, algumas implicações importantes podem ser destacadas: Necessidade de formação contínua, a falta de preparação específica compromete a qualidade do atendimento aos alunos com deficiência. É essencial que sejam promovidas formações para esses profissionais, abordando temas como comunicação aumentativa alternativa, manejo de comportamentos desafiadores e estratégias inclusivas. Valorização profissional, os profissionais de apoio frequentemente relatam a falta de reconhecimento do seu trabalho. Políticas de incentivo, como a criação de um plano de carreira e melhores condições de trabalho, são essenciais para fortalecer sua motivação e permanência na função. A dependência exclusiva de vínculos contratuais evidencia também a falta de uma política pública estruturada para a inclusão, pois a contratação precária geralmente está associada à desvalorização do cargo, à ausência de formação inicial e à rotatividade dos profissionais, esse cenário reforça a urgência da realização de concursos públicos para garantir estabilidade. Melhoria na interação com os alunos e suas famílias, muitos profissionais encontram dificuldades na comunicação com os alunos, especialmente aqueles que não verbalizam. Capacitações específicas e suporte especializado podem contribuir para melhorar essa interação e tornar o atendimento mais eficaz. Diante dessas questões, propomos a elaboração de um Guia Formativo para Profissionais de Apoio Escolar, visando instrumentalizá-los para uma atuação mais qualificada e inclusiva:

1. Compreensão das Políticas Públicas e Direitos da Pessoa com Deficiência

- Legislação brasileira sobre educação inclusiva (LBI, LDB, ECA, DCNEI);

- Direitos dos estudantes com deficiência e diretrizes para sua inclusão escolar;
- Funções e responsabilidades do profissional de apoio escolar.

2. Desenvolvimento de Práticas Inclusivas

- Conceitos e fundamentos da Educação Especial;
- Principais deficiências e estratégias de suporte individualizado;
- Metodologias ativas para inclusão no ambiente escolar.

3. Comunicação Aumentativa Alternativa e Interação

- Libras e sistemas de Comunicação Aumentativa Alternativa;
- Estratégias para facilitar a interação com alunos com necessidades complexas de comunicação;
- Mediação entre aluno, professor e família.

4. Manejo de Comportamentos e Resolução de Conflitos

- Estratégias para lidar com comportamentos desafiadores;
- Mediação de conflitos e construção de um ambiente positivo;
- Técnicas para estimular a autonomia e independência do aluno.

5. Práticas Colaborativas no Ensino

- Trabalho em equipe com professores e demais profissionais da escola.
- Modelos de trabalho colaborativo.
- Importância da troca de experiências e do apoio entre colegas.

A implementação deste guia formativo pode contribuir significativamente para aprimorar a atuação dos profissionais de apoio escolar, garantindo um suporte mais qualificado e promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva. Portanto, a pesquisa reitera a necessidade de avanços nas políticas públicas e na estruturação da formação desses profissionais, que são agentes essenciais para garantir a equidade e a inclusão de estudantes com deficiência. A valorização e capacitação desses profissionais não apenas melhora a

qualidade do atendimento oferecido, mas também contribui para a construção de um sistema educacional mais justo, humano e eficiente.

6. Referências

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 ago. 2024.

BRASIL **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília: Diário Oficial, 1989. Brasília: Imprensa Oficial, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília: Imprensa Oficial, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Imprensa Oficial, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Na. Brasília: Diário Oficial, 1961. Nacional** Brasília: Imprensa Oficial, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus**. Brasília: Imprensa Oficial, 1971. Brasília: Diário Oficial, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Centro Nacional de Educação Especial**. Brasília: Imprensa Oficial, 1973. Brasília: Diário Oficial, 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: Imprensa Oficial, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm#art1. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica**. Brasília: Imprensa Oficial, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **Orientações sobre a atuação dos professores da educação especial e dos professores do ensino regular na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Imprensa Oficial, 2010. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Viver sem Limites**. Brasília: Imprensa Oficial, 2024. Disponível em: <https://novoviversem limite.mdh.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Cartilha-Novo-Viver-Sem-Limite-com-ajustes-de-acessibilidade.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Pedras de Fogo (PB)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Conferência Jomtien. Tailândia, 1990. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

SALAMANCA. Conferencia Mundial de Educação Especial. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

APAES. Federação Nacional. **Semana Nacional da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.** Brasília: Fasubra, 1963. Disponível em: <https://fasubra.org.br/geral/semana-nacional-da-pessoa-com-deficiencia-intelectual-e-multipla-de-2023-conectar-e-somar-para-construir-inclusao>. Acesso em: 15 ago. 2024.

REDE-IN. **Posicionamento da Rede-In a respeito da nova Política Nacional de Educação Especial.** São Paulo: Instituto Rodrigues Mendes, 2020. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/nova-politica-nacional-educacao-especial/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

CELLARD, Albert. **A análise documental.** A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FLICK, Uwe. **Designing qualitative research.** Los Angeles: Sage, 2009.

GOOGLE. **Google Earth.** Mapa de Pedras de Fogo. Disponível em: <https://earth.google.com/web>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate.** São Paulo: integração v. 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SKLIAR, Carlos. **Desobedecer a linguagem**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CHAUVIÈRE, Michel; PLAISANCE, Éric (Ed.). **L'école face aux handicaps**. Éducation spéciale ou éducation intégrative. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

THOUSAND, J. S.; VILLA, R. A. **Enhancing success in heterogeneous schools**. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W.; FOREST, M. Educating all students in the mainstream of regular education. Baltimore: Paul H Brookes, 1989. p. 89-104.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco. **Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão**. In: LISITA, Valdirene; SOUSA, Lázara (Org.). Práticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DPA, 2012.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores**. Revista Brasileira de Pedagogia, Brasília, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335825354_Ensino_colaborativo_para_o_apoio_a_inclusao_escolar_praticas_colaborativas_entre_os_professores. Acesso em: 4 set. 2024.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves; ZERBATO, Ana Paula. **Apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar, 2023.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

BRASIL. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Programa de Ação Mundial para pessoas com deficiência**. São Paulo, 1982, CEDIPOD. Disponível: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/programa_de_acao_mundial_para_as_pessoas_com_deficiencia_de_3_12_1982.pdf